



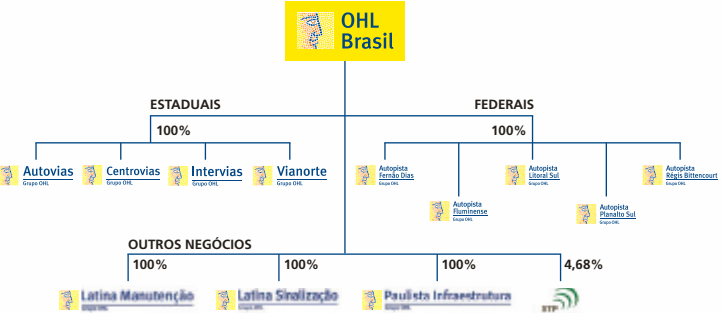
Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Obrascón Huarte Lain Brasil S.A. ("OHL Brasil" ou "Companhia") submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. A partir de 2010, a Companhia passa a apresentar as Demonstrações Financeiras em conformidade com o padrão contábil internacional estabelecido pelo International Accounting Standards Board – IASB (conhecido como International Financial Reporting Standards – IFRS) e consubstanciado pela Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007 e respectivas alterações.

■ Perfil
O grupo OHL Brasil desempenha importante papel no setor de infraestrutura rodoviária brasileira, sendo responsável por investimentos direcionados à melhoria, ampliação, conservação e operação de rodovias, no âmbito dos programas de concessão do Governo do Estado de São Paulo e do Governo Federal.

A OHL Brasil através de suas concessionárias opera e administra 3.226 quilômetros de estradas, que interligam o principal pólo econômico do País – situado entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina – caracterizado por sua elevada densidade demográfica. Ao todo são nove concessionárias, quatro estaduais e cinco federais, todas empresas de capital aberto, controladas em 100% pela OHL Brasil – Autovias S.A. (Autovias), Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (Centrovias), Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (Intervias), Vianorte S.A. (Vianorte), Autopista Fernão Dias S.A. (Fernão Dias), Autopista Fluminense S.A. (Fluminense), Autopista Litoral Sul S.A. (Litoral Sul), Autopista Planalto Sul S.A. (Planalto Sul) e Autopista Régis Bittencourt S.A. (Régis Bittencourt).

A Companhia detém ainda o controle das empresas Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (Latina Manutenção), Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (Latina Sinalização), e Paulista Infraestrutura Ltda. (Paulista Infraestrutura), sociedades criadas com fins de fiscalização, gerenciamento de obras e manutenção de rodovias; além de participação acionária de 4,68% na STP – Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., empresa que tem por objetivo desenvolver negócios relacionados ao sistema de cobrança eletrônica de pedágios.



A estratégia de crescimento do grupo tem como objetivo a participação em processos de licitação de novas concessões de infraestrutura de transportes e processos de PPP (Parcerias Público-Privadas), assim como a possibilidade de aquisição de outras concessionárias já existentes. Nossos objetivos concentram-se nos modais de transporte aeroportuário, rodoviário, portuário e ferroviário.

■ Setor de Concessões Rodoviárias

O crescimento da economia brasileira passa, necessariamente, pelo desenvolvimento da infraestrutura do modal rodoviário, uma vez que, segundo dados NTC&Logística, 60% da produção nacional de bens é transportada pelo mesmo. Nesse sentido, os governos federal, estadual e municipal, buscarão incluir a iniciativa privada no esforço de expansão, recuperação e modernização das malhas rodoviárias do país. A concessão pública comum foi a que mais se destacou entre as formas que o poder público encontrou para o desenvolvimento sustentável das infraestruturas. Para assegurar os investimentos previstos nos contratos de concessão, firmados com o poder concedente, as concessionárias contam com recursos provenientes da cobrança de pedágios e financiamentos de longo prazo (project finance). Atualmente no Brasil existem 52 concessões rodoviárias entre estaduais, federais, municipais e PPP's, com aproximadamente 15 mil quilômetros administrados pela iniciativa privada. Segundo o Relatório Anual da ABCR para o ano de 2009, 1 bilhão de veículos foram pedagiados, sendo 730 milhões de veículos leves e 272 milhões de veículos pesados. Estas concessionárias faturaram R\$8,2 bilhões com a cobrança de pedágios, gastaram R\$3 bilhões com despesas operacionais, R\$3,3 bilhões foram pagos ao poder concedente e R\$3 bilhões foram investidos na ampliação, recuperação, manutenção e modernização das rodovias. A última licitação de concessão rodoviária ocorreu em novembro de 2010, através da concessão por 35 anos dos trechos sul e leste do Rodoanel Mário Covas, com outorga fixa de R\$370 milhões e extensão de 104,9 km. A Companhia acredita que, no caso brasileiro, para acompanhar o crescimento econômico, há necessidade de melhoria das vias de transporte. O advento da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016, deverá acelerar os processos de licitação no país e, consequentemente, gerar novas oportunidades de projetos de infraestrutura para o setor.

■ Conjuntura Econômica

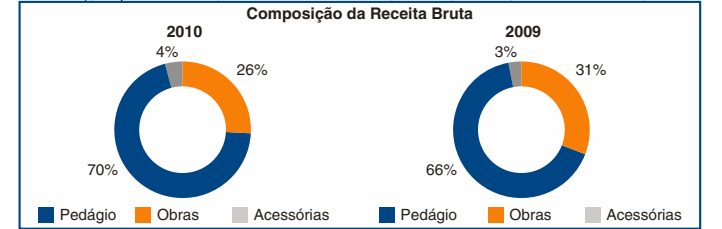
A OHL Brasil é diretamente afetada pelas condições econômicas gerais do Brasil e a evolução de seus negócios está geralmente relacionada com a evolução da economia brasileira, em especial com as taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio, políticas tributárias e variações do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2010, o desempenho da economia alterou períodos de forte expansão com períodos de atividade menos intensa. No acumulado do ano, o resultado foi positivo e produziu indicadores favoráveis como o menor patamar atingido na série histórica da taxa de desemprego. Adicionalmente, contribuíram para este cenário a elevada confiança dos consumidores, medida pelo Índice de Confiança do Consumidor, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que passou dos 121,7 pontos em dezembro de 2010, e o crescimento das operações de crédito do sistema financeiro. O setor industrial também apresentou expansão expressiva (+10,5%) na comparação com 2009. O resultado não só reverteu a queda de 7,4% observada em 2009, mas também registrou o índice mais elevado desde os 10,9% registrados em 1986, segundo informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Do mesmo modo, o PIB brasileiro registrou crescimento de 7,5% em 2010, demonstrando veemente recuperação da economia quando comparado ao mesmo período do ano anterior (-0,6%). Especificamente, em relação ao Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), o ano de 2010 acumulou alta de 11,3% frente à deflação de 1,7% verificada em 2009. Já a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cresceu de 4,3% em 2009 para 5,9% em 2010. Esses índices foram utilizados no cálculo do reajuste tarifário dos pedágios administrados pelas empresas do grupo, impactando de forma positiva a arrecadação da Companhia. Nos dois últimos anos, ambos os índices evoluíram de forma semelhante quando acumulados: IGP-M de 9,41% e IPCA de 10,45%. No final do ano, o reflexo do aquecimento econômico e o aumento da expectativa de inflação justificaram a atuação do Banco Central (BACEN) na revisão dos juros para manutenção das metas de inflação pré-estabelecidas. Tal fato provocou a revisão das projeções relativas ao PIB e a produção industrial que, de acordo com o Relatório Focus (28/01/2011), apresentaram crescimentos próximos a 4,5% e 5% em 2011.

■ Destaques 2010

Emissão de debêntures nas concessionárias estaduais: O Grupo OHL Brasil decidiu, em 2010, alongar o perfil de seu endividamento consolidado, tornando-o mais adequado ao perfil de longo prazo dos projetos de concessão, além de migrar o endividamento com bancos comerciais para o mercado de investidores institucionais de renda fixa. Em abril de 2010 a OHL Brasil concluiu a primeira emissão pública de debêntures nas concessionárias estaduais, quando foram emitidos R\$1,4 bilhão em duas tranches de 5 e 7 anos, com custo médio de CDI + 1,6%a.a. e IPCA + 8%a.a., respectivamente. Ainda dentro deste mesmo objetivo, em novembro de 2010, duas das quatro concessionárias estaduais (Autovias e Intervias) emitiram mais R\$400 milhões em debêntures, com prazo de 5 anos e taxa de juros CDI + 1,7%a.a. **Incorporação da SPR pela Vianorte:** Em 17 de dezembro de 2010 a SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S/A ("SPR") foi incorporada integralmente pela Vianorte S.A., passando a OHL Brasil S.A. a exercer o controle direto da Vianorte S.A. A incorporação integrou o projeto de reorganização societária do Grupo OHL Brasil, o qual visou o aumento de eficiência econômica e ganho de sinergia, a diminuição de custos operacionais e financeiros e a simplificação da estrutura societária. **Aprovação das condições do financiamento de longo prazo na concessionária Régis Bittencourt.** Em 14 de outubro de 2010, o BNDES aprovou a colaboração financeira de longo prazo para a concessionária Régis Bittencourt no valor de R\$1,1 bilhão para execução de investimentos em recuperação e melhorias na infraestrutura da rodovia. Essa aprovação está inserida no plano de financiamento geral das concessionárias federais, onde o BNDES tem o compromisso de financiar até 70% dos investimentos principais. A Companhia espera que no 1º semestre de 2011 sejam firmados os contratos de longo prazo para as outras 4 concessões federais.

■ Desempenho Econômico-Financeiro

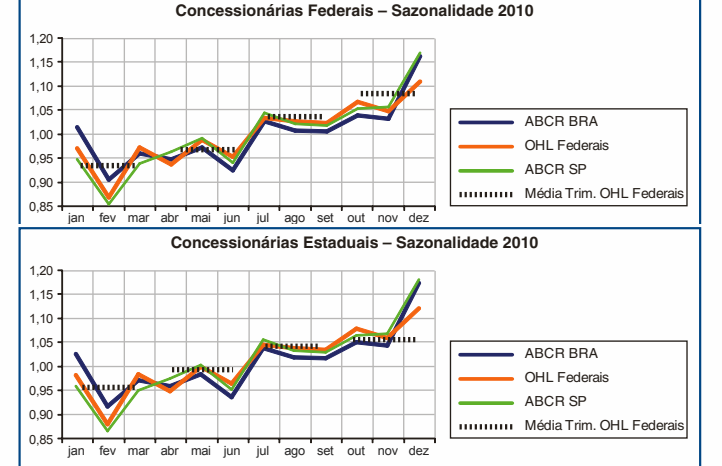
Receita Bruta de Serviços: No exercício de 2010, a receita bruta consolidada atingiu o valor de R\$ 2,3 bilhões, apresentando crescimento de 18,8% em relação ao ano anterior. Esse total é composto por receitas de pedágio, receita de obras e outras receitas (acessórias, conservação e pavimentação de rodovias), respectivamente, nos montantes de R\$ 1,6 bilhão, R\$ 617,8 milhões e R\$ 93,6 milhões.



Reculta de Pedágio: As concessionárias estaduais foram responsáveis por 59,6% da arrecadação de pedágios, encerrando o exercício com R\$ 971,6 milhões (+15,6%), enquanto as concessionárias federais, que, em 2009 estavam em processo de abertura de praças, avançaram 46,1%, terminaram o ano com R\$ 659,6 milhões, crescendo sua participação na arrecadação de 34,9% em 2009 para 40,4% em 2010. A receita de pedágio consolidada cresceu 26,2% no exercício de 2010 em comparação a 2009, como resultado de 2 principais fatores: (i) evolução do tráfego pedagiado (+33,6%) em contrapartida a (ii) redução da tarifa média praticada (-5,5%). **Tráfego Pedagiado:** No exercício, o tráfego pedagiado totalizou 596.484 mil veículos equivalentes, 33,6% superior quando comparado ao ano de 2009.

Veículos Equivalentes	2010	2009	Var% 2010/2009
Autovias	41.849.580	37.653.446	11,1%
Centrovias	29.265.444	22.523.774	29,9%
Intervias	56.858.906	51.628.066	10,1%
Vianorte	31.466.466	28.545.634	10,2%
Total Estaduais	159.440.396	140.350.920	13,6%
Planalto Sul	26.696.770	22.477.529	18,8%
Fluminense	43.491.756	27.081.364	60,6%
Fernão Dias	121.656.967	86.526.227	40,6%
Régis Bittencourt	136.158.667	102.048.021	33,4%
Litoral Sul	109.039.366	67.969.091	60,4%
Total Federais	437.043.522	306.102.213	42,8%
Total	596.483.922	446.453.133	33,6%

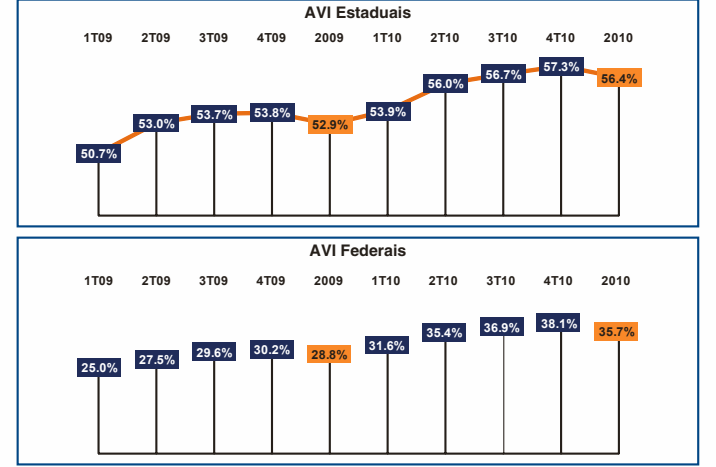
O crescimento de 33,6% no tráfego pedagiado total deve-se (i) ao forte crescimento econômico, acompanhado pela retomada da produção industrial, que contribuiu para a elevação do tráfego nas rodovias administradas pela Companhia; (ii) ao início de cobrança de praças de pedágio nas concessionárias federais em 2009 e (iii) a cobrança de pedágio nos dois sentidos em 4 praças de pedágio da concessionária Centrovias. O forte crescimento econômico em 2010, acompanhado da retomada da produção industrial, pode ser confirmado através do crescimento do tráfego pedagiado nas concessionárias Autovias, Intervias e Vianorte. O crescimento de 42,8% no tráfego pedagiado das concessionárias federais resultou do processo de abertura de 23 praças de pedágio ao longo de 2009 e 1 praça de pedágio em 2010. (ii) Em setembro de 2010, entrou em operação a última praça de pedágio da concessionária Autopista Fernão Dias, localizada no município de Mairiporã-SP. A seguir gráficos ilustrativos da sazonalidade do tráfego nas concessionárias federais e estaduais em 2010.



No segundo semestre de 2010, 4 praças de pedágio da concessionária Centrovias passaram a realizar a cobrança de pedágio nos dois sentidos e tiveram suas tarifas reduzidas para a metade. Como consequência o tráfego pedagiado cresceu 29,9% e a tarifa média caiu 9,2% no ano. A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2010 foi de 61,9% de veículos pesados e 38,1% veículos leves nas concessões estaduais; e 74,6% de veículos pesados e 25,4% veículos leves nas concessões federais. **Tarifa Média:** Segue tabela com a evolução consolidada comparativa da tarifa média para cada uma das concessionárias:

Tarifa Média (em R\$ / Veic. Equiv.)	2010	2009	Var% 2010/2009
Autovias	5,83	5,61	3,9%
Centrovias	8,15	8,98	-9,2%
Intervias	4,79	4,62	3,7%
Vianorte	6,88	6,60	4,2%
Estaduais	6,09	5,99	1,7%
Planalto Sul	2,91	2,71	7,4%
Fluminense	2,59	2,50	3,7%
Fernão Dias	1,11	1,10	0,8%
Régis Bittencourt	1,50	1,50	0,0%
Litoral Sul	1,19	1,10	8,5%
Federais	1,51	1,48	2,3%
Total	2,73	2,89	-5,5%

De acordo com o previsto nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas uma vez ao ano seguindo os critérios dos contratos e de acordo com a variação acumulada do IGP-M, no caso das concessionárias estaduais e IPCA, no caso das concessionárias federais. Os crescimentos das tarifas médias das concessionárias Autovias, Intervias e Vianorte são explicados pelo reajuste contratual com base no IGP-M. Na concessionária Centrovias, apesar do reajuste contratual, a tarifa média apresentou redução de 9,2% em função da mudança na forma de cobrança de pedágio (bidirecional) para os dois sentidos em 4 praças, reduzindo em 50% a tarifa praticada. Em 1º de julho de 2010, as tarifas de pedágio das concessionárias estaduais foram reajustadas em 4,18% e, em 1º de julho de 2009, em 3,84% de acordo com a variação acumulada do IGP-M entre junho do ano anterior ao reajuste e maio do ano do reajuste. Já as concessionárias federais reajustam suas tarifas básicas de pedágio uma vez ao ano pela variação acumulada do IPCA, considerando o critério de arredondamento na primeira casa decimal. Os reajustes previstos para as concessionárias Fluminense e Litoral Sul ocorrem sempre no mês de fevereiro, enquanto nas concessionárias Fernão Dias, Régis Bittencourt e Planalto Sul o mesmo acontece em dezembro. Em dezembro de 2009, o reajuste praticado pela concessionária Planalto Sul elevou a tarifa para R\$2,90, considerando (i) o critério de arredondamento da primeira casa decimal; e (ii) a variação do IPCA entre dezembro de 2008 e novembro de 2009 (+4,22%). Em fevereiro de 2010, as tarifas praticadas pelas concessionárias Fluminense e Litoral Sul também sofreram reajustes, passando para R\$2,60 e R\$1,20, respectivamente. As tarifas praticadas pelas concessionárias Fernão Dias e Régis Bittencourt não sofreram alterações nos exercícios em comparação face ao critério de arredondamento dos contratos. Em 2010, a tarifa média geral registrou queda de 5,5% em função da maior participação das concessões federais, que operam com tarifas menores, na composição total das receitas de pedágio. **Meios Eletrônicos:** A receita com a cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 56,4% em 2010, contra 52,9% no ano anterior. Nas concessionárias federais, o percentual médio de receita com cobrança eletrônica foi de 35,7% contra 28,8% em 2009. Abaixo, gráfico com a evolução trimestral da receita por meios eletrônicos desde primeiro trimestre de 2009:



Reculta de Obras: As novas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, alteraram a forma de contabilizar as receitas provenientes da exploração dos contratos de concessões, que passaram a incluir também receita de obras provenientes da realização de investimentos no ativo intangível. Essa nova metodologia de contabilizar as receitas alterou a demonstração do resultado, afetando as margens EBITDA, EBIT e Lucro Líquido; mas sem alterar o montante do Lucro Líquido da Companhia, uma vez que a contrapartida desta receita, o custo de obra, em igual valor (sem margem de obra), está rubricado como Custo dos Serviços de Construção. Em 2010, a receita de obras cresceu 0,8% em relação ao ano passado, sendo que 89,8% dessas obras foram realizadas nas concessionárias federais em razão da maior quantidade de investimentos vinculados aos contratos de concessão. **Outras Receitas:** As receitas oriundas da exploração da faixa de domínio pelas concessionárias, bem como as receitas provenientes da conservação e pavimentação das rodovias pelas construtoras do grupo OHL, cresceram 40,2% em 2010. As concessionárias obtiveram R\$10,4 milhões de receitas com exploração da faixa de domínio das concessionárias de rodovias, com um crescimento de 7,9% frente a 2009. As receitas de conservação e pavimentação das sociedades construtoras foram R\$83,2 milhões, sendo 45,7% maior que 2009.

■ Receita Líquida dos Serviços e Deduções da Receita

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia obteve receita líquida dos serviços no valor de R\$ 2,2 bilhões, apresentando crescimento de 18,1% em comparação ao ano de 2009. As deduções da receita, composta principalmente por tributos como ISS, PIS e COFINS, acompanharam a evolução da receita de pedágios e encerraram o ano com R\$ 158,1 milhões, crescendo 29,7% em relação a 2009. Os tributos são calculados sobre a receita de pedágios com base nas seguintes alíquotas: PIS (0,65%), COFINS (3,0%) e ISS (5,0%).

■ Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização) cresceram 12,9% ou R\$ 154,1 milhões como consequência principal do início de operação e abertura de praças de pedágio nas concessionárias federais. É importante mencionar que ao longo de 2009 entraram em operação 23 praças de pedágio nas concessionárias federais e, consequentemente, a estrutura de custos e despesas relacionadas com pessoal e operação destes pedágios aumentou. Com a adoção das novas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, dois novos custos passaram a ser contabilizados no resultado da Companhia: (i) o "Custo dos Serviços de Construção", em contrapartida à "Receita de Obras", já comentada na seção de Receita Bruta, e (ii) a "Provisão para Manutenção em Rodovias", que reflete a provisão de investimentos para manutenção em rodovias que irão ocorrer em exercícios futuros. Segue tabela demonstrando composição dos custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização):

Custos e Despesas Operacionais ¹ (R\$ Mil)	2010	2009	Var% 2010/2009
Custo dos serviços de construção	(617.827)	(613.090)	0,8%
Serviços de terceiros	(173.541)	(155.050)	11,9%
Pessoal	(157.829)	(114.026)	38,4%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(146.085)	(75.737)	92,9%
Conservação de rotina	(79.153)	(78.606)	0,7%
Verba de fiscalização	(30.798)	(28.379)	8,5%
Onus variável (concessões estaduais)	(30.355)	(26.292)	15,5%
Seguros e garantias	(12.703)	(13.007)	-2,3%
Manutenção da administração	(12.532)	(10.921)	14,7%
Consumo	(6.176)	(6.897)	-26,1%
Despesas tributárias	(2.199)	(5.796)	-62,1%
Transportes	(1.448)	(1.311)	10,5%
Outras despesas operacionais, liq.	(79.680)	(69.070)	15,4%
Total	(1.350.320)	(1.196.182)	12,9%

¹ Exclui depreciação e amortização.

Em relação ao aumento de R\$ 154,1 milhões nos custos e despesas operacionais destacam-se os seguintes pontos: • Constituição da rubrica "Custo dos serviços de construção" que incorporou obras realizadas pelas concessionárias no exercício, sendo a maior parte pertencente às concessões federais; • Aumento de R\$ 70,3 milhões em "Provisão p/ manutenção em rodovias" em razão da expectativa de manutenção, segundo os contratos de concessão. Ressalta-se que os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores; • Aumentos dos custos com "Pessoal" e "Serviços de terceiros", nos respectivos montantes de R\$ 43,8 milhões e R\$ 18,5 milhões, que refletem, em grande parte, o crescimento do quadro de empregados e aumento da estrutura operacional das concessionárias federais resultante da abertura das praças de pedágio; • Crescimento do custo relativo ao "Onus variável" em 2010, acompanhando o aumento da receita de pedágios (+15,6%) das concessionárias estaduais; • Redução de R\$ 3,6 milhões nas "Despesas Tributárias" em função, principalmente, do pagamento adicional de débitos relativos aos tributos PIS/COFINS da concessionária Vianorte em 2009.

■ EBITDA e EBITDA Ajustado

O resultado operacional medido pelo EBITDA atingiu o montante de R\$ 834,2 milhões em 2010, apresentando variação positiva de 27,6% quando comparado ao ano anterior. Como reflexo, a margem EBITDA cresceu 2,9 pontos percentuais, saindo de 35,3% no ano passado para 38,2% em 2010. Para o cálculo do referido indicador foi considerada a nova metodologia contábil (ICPC-01 / IFRIC 12), que tem como principal reflexo o reconhecimento do custo com "Provisão para manutenção em rodovias". Para comparabilidade da informação com os dados reportados pela Companhia antes da adoção de tais práticas contábeis, foram feitos ajustes na base de cálculo para reversão do montante relativo à "Provisão para manutenção em rodovias" e para o estorno dos ajustes dos lucros não realizados das empresas Latina Manutenção, Latina Sinalização e Paulista. Dessa forma, o EBITDA Ajustado relativo ao ano de 2010 totalizou R\$ 942,1 milhões, equivalente a uma margem de 43,1%, o que representou forte expansão sobre a margem de 36,6% registrada em 2009.

EBITDA	2010	2009	Var% 2010/2009
Receita Líquida	2.184.529	1.850.091	18,1%
Custos e Despesas Operacionais	(1.350.320)	(1.196.182)	12,9%
EBITDA	834.209	653.909	27,6%
Margem EBITDA (sobre receita líquida)			
(+) Provisão p/ manutenção de rodovias	146.085	75.737	92,9%
(-) Ajustes de consolidação ¹	(38.214)	(52.676)	27,1%
EBITDA Ajustado (antes do IFRS)	942.080	676.970	39,2%
Margem EBITDA Ajust. (sobre receita líquida)	43,1%	36,6%	

1) Ajustes de consolidação e reversão da retenção dos lucros não realizados (EBITDA Construtoras). 2) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). 3) Consistência ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento e "Serviços de terceiros". O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias. Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado das empresas do Grupo.

Sociedades do Grupo	Receita Líquida de Servs.	Custos e Despes. ¹	EBITDA	Provisão p/ Manut. Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustado
Autovias	229.038	(86.499)	142.539	28.570	171.109	74,7%
Centrovias	255.223	(100.410)	149.813	23.293	173.106	69,2%
Intervias	269.001	(108.557)	160.444	31.143	191.587	71,2%
Vianorte	210.453	(97.787)	112.666	41.141	153.807	73,1%
Estaduais	958.715	(393.253)	565.462	124.148	689.610	71,9%
Planalto Sul	136.370	(111.166)	25.204	3.204	28.408	20,8%
Fluminense	156.612	(109.276)	47.336	3.413	50.749	32,4%
Fernão Dias	303.684	(276.921)	26.763	5.388	32.151	10,6%
Régis Bittencourt	340.915	(241.489)	99.426	5.206	104.632	30,7%
Litoral Sul	218.013	(171.657)	46.356	4.726	51.082	23,4%
Federais	1.155.594	(910.509)	245.085	21.937	267.022	23,1%
Total Concessionárias	2.114.309	(1.303.762)	810.547	146.085	956.632	45,2%
OHL Holding e outras socieds.	70.220	(46.558)	23.662	-	23.662	
Total	2.184.529	(1.350.320)	834.209	146.085	980.294	44,9%
Ajustes de consolidação ²	-	-	-	-	(38.214)	
Total Consolidado	2.184.529	(1.350.320)	834.209	146.085	942.080	43,1%

¹ Exclui depreciação e amortização.

² Reversão de lucros não realizados (EBITDA Construtoras).

■ Resultado Financeiro

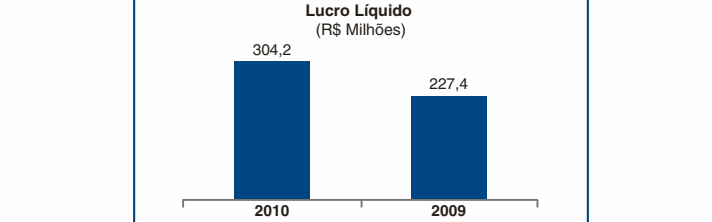
Resultado Financeiro (R\$ mil)	2010	2009	Var% 2010/2009
Receitas Financeiras	92.647	33.058	180,3%
Despesas Financeiras	(310.577)	(198.736)	56,3%
Encargos financeiros	(236.154)	(160.131)	47,5%
Atualização monetária do ônus fixo	(55.149)	(12.764)	332,1%
Outras despesas	(19.274)	(25.841)	-25,4%
Variação Cambial Líquida	32	(218)	-114,7%

Resultado Financeiro Líquido (217.898) (165.896) 31,3%

Em 2010, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 217,9 milhões frente a um resultado negativo de R\$ 165,9 milhões registrado em 2009. Entre os principais fatores que causaram a variação deste resultado, podemos destacar: • Aumento de R\$78 milhões nos encargos financeiros gerado (i) pelas emissões de debêntures, realizadas pelas concessionárias estaduais; (ii) pelas liberações de créditos oriundos das linhas de financiamento do BNDES, destinadas aos investimentos previstos no contrato de concessão das federais; e (iii) pelo efeito da passagem do tempo (ajuste a valor presente); • Acréscimo de R\$42,4 milhões na despesa com "Atualização monetária do ônus fixo" provocado pelo aumento do IGP-M em 2010, que apresentou variação positiva de 11,3% contra a variação negativa de 1,7% registrada em 2009; e • Aumento de R\$59,6 milhões das receitas com atualização das aplicações financeiras devido ao aumento dos juros básico da economia e ao acréscimo do saldo de aplicações financeiras.

■ Lucro Líquido

Em 2010, o lucro líquido consolidado cresceu 33,8% em relação ao ano anterior. Conforme já mencionado, os principais fatores que ocasionaram o crescimento foram: (i) entrada em operação de 100% das praças de pedágio administradas pelas concessionárias federais; (ii) reajustes tarifários contratuais; e (iii) início de cobrança bidirecional nas praças de pedágio administradas pela concessionária Centrovias. Além disso, a melhor performance da economia impactou positivamente o tráfego de veículos pedagiados.





Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

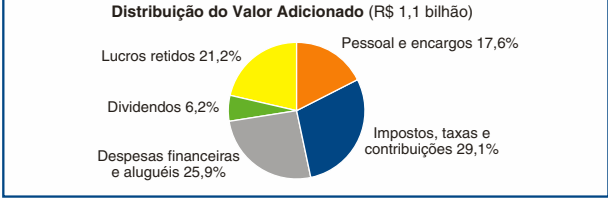
em Rodovias”) dentro do “Custo dos Serviços Prestados”. Da mesma forma, os pagamentos (fluxo de caixa) relacionados à manutenção em rodovias passaram a ser contabilizados no “Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais” e não mais no “Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos”. A seguir quadro com o pagamento dos investimentos imobilizados, intangíveis e manutenção em rodovias.

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	2010			2009		
	Antes do IFRS (A + B)	Intang. e Imob. (A)	IFRS Manut. Realiz. (B)	Antes do IFRS (A + B)	Intang. e Imob. (A)	IFRS Manut. Realiz. (B)
Autovias	28.552	3.565	24.987	37.558	14.707	22.851
Centrovias	51.037	30.518	20.519	30.050	10.120	19.930
Intervias	60.408	10.818	49.590	40.960	19.000	21.960
Vianorte	44.270	12.174	32.096	28.976	15.720	13.256
Estaduais	184.267	57.075	127.192	137.544	59.547	77.997
Planalto Sul	60.746	60.746	–	65.412	65.412	–
Fluminense	51.735	51.735	–	58.521	58.521	–
Fernão Dias	176.811	176.811	–	182.415	182.415	–
Régis Bittencourt	147.633	147.633	–	199.619	199.619	–
Litoral Sul	94.250	94.250	–	139.440	139.440	–
Federais	531.175	531.175	–	685.407	685.407	–
Total	715.442	588.250	127.192	822.951	744.954	77.997
Outros invest. e ajustes de consolid.	10.031	10.031	–	5.833	5.833	–
Total	725.473	598.281	–	828.784	750.787	77.997

Para cumprir com as obrigações de manutenção das rodovias e novos investimentos em intangíveis previstos nos contratos de concessões, estimamos investir em 2011 R\$ 930 milhões nas concessões federais e R\$ 135 milhões nas concessões estaduais. Entre 2012 e 2015 estimamos investir R\$ 2,7 bilhões nas concessões federais e R\$ 570 milhões nas concessões estaduais.

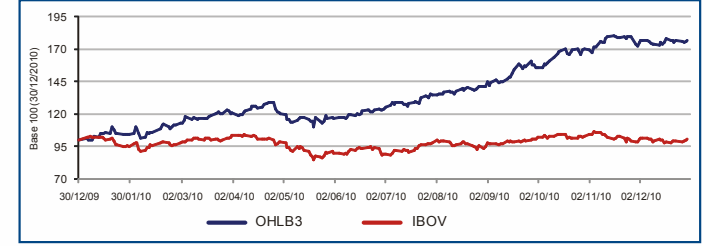
Valor Adicionado

A OHL Brasil gerou em 2010, em termos consolidados, valor adicionado de R\$ 1,1 bilhão, 26,5% superior ao de 2009. Esse valor é resultante das receitas oriundas da prestação de serviços (R\$ 2,3 bilhões), menos custos relativos à concessão e construção, materiais e bens de consumo, serviços de terceiros e depreciação e amortização (R\$ 1,4 bilhão), mais dividendos e outras receitas (R\$ 116,3 milhões). Distribuição do Valor Adicionado (R\$1,1 bilhão)



Mercado de Capitais e Governança Corporativa

O valor de mercado da OHL Brasil, ao final do ano, totalizou R\$ 4,1 bilhões, tendo como base a cotação de fechamento de R\$ 59,99 por ação em 30/12/2010. Esse preço corresponde a uma valorização de 76,44% em relação ao preço de fechamento do ano anterior. No mesmo período, o Índice Ibovespa apresentou desvalorização de 1,06%. Negociadas sob o código OHLB3, as ações da Companhia marcaram presença em 100% dos pregões realizados na BM&FBOVESPA e movimentaram cerca de R\$ 1,1 bilhão no ano.



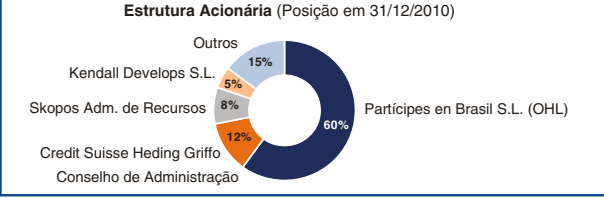
Total dos Pregões¹	2010	2009	Var. %
Nº de Negócios	45.103	35.558	26,8%
Volume Financeiro (R\$ Milhões)	1.126,0	598,29	88,2%

¹ Lote Padrão ref. Jan. a Dez.

As ações fazem parte das carteiras teóricas dos índices: IGC – Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada, ITAG – Índice de Ações com Tag Along Diferenciado e SMLL – Índice



Small Cap. Desde 2005, a Companhia negocia suas ações no Novo Mercado, segmento de listagem da BM&FBOVESPA com regras diferenciadas de governança corporativa. A adesão ao segmento em questão assegura aos acionistas, dentre outros direitos, (i) a extensão das condições de venda das ações obtidas pelo controlador em caso de eventual alienação de controle – tag along de 100%; (ii) a realização de oferta pública de aquisição das ações em circulação, no mínimo, pelo valor econômico, nos casos de fechamento de capital ou cancelamento de registro no Novo Mercado; (iii) a eleição de membros independentes para o conselho de administração, sem vinculação ao controlador e com autonomia para agir nos melhores interesses da Companhia; e (iv) a manutenção em circulação de parcela mínima de ações, representando 25% do capital social da OHL Brasil. O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 549,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, representado por uma única classe de 68.888.888 ações ordinárias.



A OHL Brasil conta com a Área de Relações com Investidores para manter o mercado informado acerca do desempenho dos negócios, bem como esclarecer dúvidas. Em 2010, foram realizadas 180 reuniões individuais, 4 teleconferências, 3 road shows nacionais e foram atendidas 10 conferências de bancos e corretoras. A cobertura da Companhia foi realizada por 22 analistas de renda fixa e variável.

Dividendos

Os acionistas têm direito a receber, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Caso os órgãos de administração informem à assembleia geral ordinária que a distribuição de dividendos não é recomendável face aos investimentos necessários para o ano, os acionistas poderão decidir pela sua distribuição ou não. Em 30 de abril de 2010, a Assembleia Geral Ordinária aprovou pagamento de dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, no montante total de R\$ 41,9 milhões (R\$ 0,60773 por ação).

Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante em seu Estatuto Social.

Colaboradores

O ano de 2010 foi marcado por um período de maturação das operações e da estrutura organizacional, viabilizando a melhoria da qualidade das relações entre os profissionais da Companhia, diretos e indiretos. Como resultado do incremento da operação e aprimoramento da qualidade dos serviços prestados no ano de 2010, o quadro de funcionários cresceu 21,8% em relação ao ano anterior. Entre os principais indicadores desse aumento, cabe ressaltar (i) a incorporação da atividade de arrecadação da Autopista Fernão Dias, que desde o início de sua operação era realizada por empresa terceirizada; e (ii) o desdobramento da cobrança (nos dois sentidos) em 4 praças de pedágio da concessionária Centrovias.

Quadro de Pessoal	2010	2009	Var. %
OHL (Holding) 103	83	24,1%	
Concessionárias Estaduais	1.302	1.228	6,0%
Autovias	193	194	-0,5%
Centrovias	328	252	30,2%
Intervias	542	543	-0,2%
Vianorte	239	239	0,0%
Concessionárias Federais	2.031	1.575	29,0%
Litoral Sul	302	258	17,1%
Planalto Sul	152	152	0,0%
Fluminense	234	219	6,8%
Fernão Dias	809	439	84,3%
Régis Bittencourt	534	507	5,3%
Paulista	203	203	0,0%
Latina Manutenção	1.491	1.095	36,2%
Latina Sinalização	176	171	2,9%
Total	5.306	4.355	21,8%
Rotatividade	2,49	2,91	

Ao longo de 2010, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos in company e com o apoio de instituições especializadas. No total, tais atividades envolveram 334,7 mil horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 63,1 horas de treinamento por profissional. Há três anos foi implantado o Comitê de Segurança no Trabalho e Comportamento na Rodovia, representado por técnicos e engenheiros de segurança das empresas. O objetivo é disseminar e compartilhar experiências entre as empresas com intuito de minimizar cada vez mais os riscos de acidentes envolvidos na operação. Em 2010, foi formalizada a criação de área específica para a implantação de políticas e monitoramento de indicadores relacionados à saúde e segurança no trabalho.

Responsabilidade Social e Ambiental

As concessionárias da OHL Brasil desenvolvem programas de responsabilidade social, educação, saúde e meio ambiente que espelham o compromisso da Companhia com a sustentabilidade e alicerçam o relacionamento ético e responsável com a comunidade dos municípios lindeiros.

Entre as iniciativas de responsabilidade social e ambiental realizadas pelas concessionárias do grupo OHL Brasil, destacaram-se: *Programas de Educação*: A segurança nas rodovias depende em grande parte do comportamento dos motoristas e dos pedestres e, por essa razão, a Companhia investe em projetos de educação no trânsito como o Projeto Escola OHL Brasil, que capacita e acompanha professores da rede pública para trabalhar questões relacionadas ao tema em sala. Realizado em parceria com instituições e órgãos públicos, em 2010, o projeto foi incluído no catálogo de boas práticas corporativas de respeito e apoio aos direitos da infância, publicação do Pacto Global da ONU (Organização das Nações Unidas), Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e da ONG Save the Children. Também foram desenvolvidos os projetos Viva Motorista e Passarela Viva com o objetivo de ampliar os programas educacionais sobre segurança no trânsito com abordagem de temas relacionados ao uso correto de passarelas e calçadas construídas na faixa de domínio das rodovias, condições mecânicas dos veículos, entre outros. Em 2010, esses projetos alcançaram mais de 4 mil motoristas e 1,5 mil pedestres. *Programas de Saúde*: As concessionárias da OHL Brasil promovem campanhas mensais de saúde dirigidas aos motoristas, principalmente os caminhoneiros, público-alvo do programa Viva Saúde. Em cada campanha, os condutores recebem orientação e realizam exames de saúde gratuitos. Até o final de 2010 foram realizadas 104 campanhas e atendidos 82,5 mil motoristas. *Programas Ambientais*: A sinalização, a instalação de radares de velocidade, construção de passagens de fauna e o telamento de nascentes e matas, são ações do Programa de Monitoramento da Fauna para prevenção de acidentes com animais silvestres e garantia da segurança dos usuários nas rodovias. O grupo OHL mantém parceria com instituição educacional com objetivo de capacitar instrutores de tráfego e operadores do Centro de Controle Operacional para Monitoramento da Fauna Silvestre. O treinamento é ministrado por biólogos capazes de identificar a necessidade de passagens para os animais ao longo das rodovias. A Companhia também intensificou o Programa Viva Meio Ambiente, iniciado em 2009, a fim de disseminar a educação ambiental nas regiões em que estão presentes as concessionárias federais e estaduais. Ao todo, foram envolvidos mais de 1,6 mil professores e 28 mil alunos. Por meio da escola, conceitos de preservação de recursos ambientais são levados a toda a comunidade. *Apoio à Cultura e Incentivo aos Esportes*: A Companhia apoia vários projetos culturais com incentivos da Lei Rouanet (Lei 8.313/91). Em 2010, foram destinados cerca de R\$ 2,2 milhões para diversos projetos culturais. Entre os principais, destacam-se: 29ª Bienal de São Paulo; livro “Caminhos do Patrimônio Cultural – 3 Roteiros em São Paulo”; Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto (SP); Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto; e Revista Porta-Luvas. Ademais, a OHL Brasil patrocina projetos de inclusão social pelos esportes. Ao todo, foram investidos R\$ 431 mil para a manutenção dos Programas Esporte para Todos, Kimono de Ouro e Basquete Cidadão – Rio Claro.

Agradecimentos

A OHL Brasil gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financeiros e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de empregados pelo empenho e dedicação.

Considerações Finais

Relacionamento com Auditores Independentes: Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

Declaração da Diretoria

A Diretora da OHL Brasil S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

São Paulo, 24 de março de 2011

A Administração

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 (Em milhares de reais – R\$)

Ativos Circulantes	Nota explicativa	2010		2009		2010		2009		2010		2009		2010		2009	
		2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Caixa e equivalentes de caixa	6	76.906	12.018	5.332	1.168.288	442.192	116.284	102	84.428	38.449	–	–	–	938.278	946.883	101.646	–
Contas a receber	7	–	–	102	84.428	64.141	38.449	89	87	87	–	–	–	–	–	–	–
Contas a receber – partes relacionadas	18	91.130	48.333	6.879	89	87	87	–	–	–	–	–	–	296.085	–	–	–
Estoques	–	–	–	–	2.819	2.279	3.390	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Despesas antecipadas	8	130	133	34	5.702	6.762	4.771	–	–	–	–	–	–	71.124	55.076	124.662	–
Impostos a recuperar	10	8.828	8.720	6.439	24.680	13.550	11.875	–	–	–	–	–	–	40.810	33.358	20.921	–
Adiantamentos para novos projetos	–	–	256	247	–	256	247	–	–	–	–	–	–	50.444	48.779	54.919	–
Dividendos a receber	18	51.962	22.978	8.580	–	–	–	–	–	–	–	–	–	816	895	978	–
Aplicações financeiras vinculadas	15	–	–	–	96.875	–	–	–	–	–	–	–	–	24.397	20.411	24.944	–
Outros créditos	–	337	360	116	4.797	2.977	4.957	–	–	–	–	–	–	68.650	41.866	25.401	–
Total dos ativos circulantes	–	229.293	92.798	27.729	1.387.678	532.244	180.060	–	–	–	–	–	–	1.637.298	1.280.972	488.923	–
Não Circulantes	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	15	–	–	–	301	5.298	5.036	–	–	–	–	–	–	42.758	847.050	935.070	–
Impostos a recuperar	10	–	–	–	–	1.699	1.717	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Contas a receber – partes relacionadas	18	416.000	416.000	424.041	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.511.421	–	–	–
Despesas antecipadas	–	–	–	–	162	510	–	–	–	–	–	–	–	316.066	320.576	361.660	–
Cauções contratuais	83	83	83	–	97	98	–	–	–	–	–	–	–	10.218	7.368	3.495	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	–	–	–	88.151	61.530	59.796	–	–	–	–	–	–	501	452	429	–
Depósitos judiciais	–	3.991	3.717	3.106	14.290	10.660	4.772	–	–	–	–	–	–	28.402	17.765	13.586	–
Outras contas a receber	–	37	72	116	51	72	146	–	–	–	–	–	–	124.331	78.756	78.121	–
Investimentos em controladas e coligadas	11	1.061.581	914.482	746.248	1.053	1.053	1.053	–	–	–	–	–	–	54.840	61.252	65.550	–
Imobilizado	12	5.676	4.642	3.771	48.114	27.671	21.705	–	–	–	–	–	–	8.861	2.241	10	–
Intangível	13	353	325	231	3.281.580	2.826.779	2.338.255	–	–	–	–	–	–	356.000	356.000	365.828	–
Total dos ativos não circulantes	–	1.487.721	1.339.321	1.177.513	3.433.799	2.935.370	2.432.480	–	–	–	–	–	–	2.097.398	1.335.460	1.457.921	–
Total dos Ativos	–	1.717.014	1.432.119	1.205.242	4.821.477	3.467.614	2.612.540	–	–	–	–	–	–	3.734.696	2.616.432	2.946.844	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

(Em milhares de reais – R\$, exceto os dividendos por ação)

		Reservas de lucros		Ajuste do patrimônio líquido – variação cambial no capital	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2008	549.083	17.826	269.255	(22.271)	–	813.893
Efeitos da aplicação de novas práticas contábeis	–	–	(5.182)	–	–	(5.182)
Saldos em 1º de janeiro de 2009	549.083	17.826	264.073	(22.271)	–	808.711
Lucro líquido do exercício originalmente apresentado	–	–	–	–	176.278	176.278
Efeitos da aplicação de novas práticas contábeis	–	–	–	–	39.541	39.541
Lucro líquido do exercício ajustado	–	–	–	–	215.819	215.819
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	–	8.814	(8.814)	–	–	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	(41.866)	(41.866)
Retenção de lucros	–	–	165.139	–	(165.139)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2009	549.083	26.640	429.212	(22.271)	–	982.664
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	289.055	289.055
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	–	14.453	–	–	(14.453)	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	(68.650)	(68.650)
Retenção de lucros	–	–	205.952	–	(205.952)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2010	549.083	41.093	635.164	(22.271)	–	1.203.066



**OHL
Brasil**

Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67



itag
Índice de Ações com Tag Along Diferenciado



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL – A Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. ("Sociedade") é domiciliada à rua Joaquim Floriano, 913 6º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 abrangem a Sociedade e suas controladas, (conjuntamente referidas como "o Grupo OHL" e individualmente como "entidade do Grupo"). A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998 com o objetivo de atividades principais: • Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares, exceto fornecimento de mercadorias fora do local de prestação dos serviços. • Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil. • Realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplenagem em geral, sinalização, reforço, melhoramento, recuperação, manutenção e conservação de estradas e engenharia consultiva em geral. • Exploração direta e/ou por meio de consórcios, de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura em geral, por meio de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a, parcerias público-privadas, autorizações, permissões e concessões. • Participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades relacionadas anteriormente. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2011.

2. CONCESSÕES – Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, de concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais, conforme demonstrado abaixo: **Concessionárias estaduais:** • Autovias S.A. ("Autovias"): A Autovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2, iniciou as operações em 1º de setembro de 1998 com o objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 31 de agosto de 2018, a exploração da malha rodoviária de ligação entre Franca, Bataiais, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos e Santa Rita do Passa Quatro e respectivos acessos, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo – DER/SP nº 18/CIC/97/Lote 10. A Autovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, dos quais as principais já se encontram totalmente cumpridos: **Obras:** Na SP 255 – Rodovia Antônio Machado Sant'anna: • Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os kms 2,8 e 48,35; • Implantação de faixas adicionais ao longo de todo o trecho entre os kms 48,35 e 77. Na SP 318 – Rodovia Eng. Thales de Lorena Peixoto Júnior: • Implantação de faixas adicionais ao km 257,8 e ao km 280. Na SP 330 – Rodovia Anhanguera: • Implantação de vias marginais em Ribeirão Preto (17,2 km). Na SP 334 – Rodovia Cândido Portinari: • Complementação da duplicação no trecho entre os kms 322 e 337; • Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os kms 337 e 348; • Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os kms 358 e 395,5. Na SP 345 – Rodovia Eng. Ronan Rocha: • Implantação da 2ª pista e capeamento da pista existente no trecho compreendido entre o km 10 e o km 36; • Implantação de vias marginais entre os kms 30 e 35 do lado direito e entre os kms 33 e 35 do lado esquerdo. • Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Centrovias"): A Centrovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luis km 216,8 Pista Sul. Iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem – DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997 e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Cordeirópolis a São Carlos e Itirapina a Bauru. Através do Termo Aditivo e Modificativo nº 11/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – Artesp, o equilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse equilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 31 de junho de 2019. A Centrovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, dos quais as principais já se encontram totalmente cumpridos: **Obras:** Na SP 225 – Rodovias Engenharia Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros: • Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os kms 91 a + 429 e 177 a + 400; • Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os kms 183 + 850 e 235 + 040. • **Concessionária de Rodovias do Interior:** **Paulista S.A. ("Intervias"):** A Intervias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 – Pista Sul. Foi constituída em 28 de maio de 1999 e iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem – DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira, e São Carlos – lote 6, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, de serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado. Através do Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – Artesp, o equilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse equilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 17 de janeiro de 2028 (335 meses). A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, dos quais as principais já se encontram totalmente cumpridos: **Obras:** Na SP 147- Rodovia Engenharia João Tosello – Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre os km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi Mirim) e entre o km 62,45 (em Mogi Mirim) e o km 106,32 (em Limeira). Na SP 191- Rodovia Wilson Finardi – Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 43,8 ao km 44,9 (Mogi Mirim/Araras), do km 45,6 ao km 46,9 (projeção Araras/Anhanguera), e do km 49,7 ao km 74,2 (Araras- Rio Claro). Na SP 352- Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira - Divisa com o estado de Minas Gerais). Na SP 165/330 - Rodovia Anhanguera - Contorno Rodoviário de Araras. Adicionalmente e em decorrência do Termo Aditivo acima referido, a concessionária assumiu novos compromissos de obras que estão sendo realizadas e cujo cronograma resumido encontra-se no quadro consolidado de investimentos e manutenções apresentado abaixo. • Vianorte S.A. ("Vianorte"): A Vianorte é uma sociedade por ações domiciliada no município de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Atílio Balbo, km 327,5. Iniciou suas operações em 6 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER/SP) nº 009/CIC/97/Lote 05 e tem por objetivo exclusivo realizar, sob regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário constituído pela SP-330 Rodovia Anhanguera, SP-322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira, SP-328 Rodovia Alexander Balbo/contorno Norte de Ribeirão Preto e SP-325/322 Avenida dos Bandeirantes. A Vianorte assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, dos quais as principais já se encontram totalmente cumpridos: SP-322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira: • Duplicação do trecho entre o km 343-500 e o km 390+500 – Sertãozinho/Bebedouro; • Duplicação do trecho entre o km 307+500 e o km 325+910 – Contorno Viário Sul; • Construção de dispositivos de acessos/retornos; • Construção de passarelas entre os kms 334+860 e 337+790 – Sertãozinho; • Construção de marginais entre o km 333+160 e o km 343+480; • Ampliação de dispositivo de SP 325/322 km 325+910 (entroncamento); • Construção da transposição sobre o Corrego Santa Elisa no km 345+100. **SP 330 Rodovia Anhanguera:** • Construção de passarela no km 380 – São Joaquim da Barra; • Construção do posto de suporte ao usuário em Orlandia no km 366+150; • Construção do dispositivo com Avenida Lara Nilza Raffaini Cação no km 319+650. Em decorrência desses contratos de concessões, as Concessionárias Estaduais reconheceram o direito de uso e exploração, registrados no ativo intangível, como direito da outorga, tendo como contrapartida o passivo na rubrica "credores pela concessão", conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e nº 19, respectivamente. Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões. As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados abaixo, a valores de 31 de dezembro de 2010, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final do contrato de concessão. Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão

	Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte	
	Previsão de 2011 a 2018	Previsão de 2011 a 2019	Previsão de 2011 a 2028	Previsão de 2011 a 2018	Total
Investimentos para melhorias na infraestrutura	83.939	41.195	411.381	46.895	583.410
Conserva especial					
Intervenção do pavimento	248.128	192.468	277.362	203.236	921.194
	332.067	233.663	688.743	250.131	1.504.604

Referidas estimativas de investimentos foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue: (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional – Serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura. (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional – Foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota explicativa nº 20. As concessionárias estaduais, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras-de-arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias. **Concessionárias federais:** • Autopista Planalto Sul S.A. ("Planalto Sul"): A Planalto Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, situada na Avenida Afonso Petchkow, nº 4.040 – Bairro Industrial. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, ampliação e melhorias. A Planalto Sul está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 – PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 25,4 kms de duplicação de rodovia. • 48,3 kms de terceira faixa. • 10,2 kms de vias laterais. • Construção de nove passarelas. • Construção de cinco praças de pedágio. • Construção de nove postos de serviços de atendimento ao usuário. • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação e manutenção de toda a extensão da rodovia. • Autopista Fluminense S.A. ("Fluminense"): A Fluminense é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Avenida São Gonçalo, nº 100 – Unidade 101. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES – Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Fluminense está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-101/km 252 – RJ. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 176,6 kms de duplicação da rodovia. • 3,8 kms de vias laterais. • 28,3 kms de variantes e contornos. • Construção de 17 passarelas. • Construção de 5 praças de pedágio. • Construção de 7 serviços de atendimento ao usuário. • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia. • Autopista Fernão Dias S.A. ("Fernão Dias"): A Fernão Dias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, situada na Rodovia BR381, km 850,5 – Pista Norte. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR 381-MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 05, de conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, pelo prazo de 25 anos, contado a partir de 15/02/08, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Fernão Dias está em plena operação desde 9 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65 – MG. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 88 kms de terceira faixa; • 94,16 kms de vias laterais; • 10,3 kms de variantes/contornos; • Construção de 50 passarelas; • Construção de 8 praças de pedágio; • Construção de 12 bases de serviços de atendimento ao usuário; • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem; • Recuperação de toda a extensão da rodovia. • Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Régis Bittencourt"): A Régis Bittencourt é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, no Estado de São Paulo, Brasil, na Rodovia SP 139, nº 216. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 – SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo

de licitação correspondente ao lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia. A Régis Bittencourt está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 542 – SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 30,5 kms de duplicação de rodovia. • 104,9 kms de terceira faixa. • 109,6 kms de vias laterais. • 23,6 kms de variantes/contornos. • Construção de 51 passarelas. • Construção de 6 praças de pedágio. • Construção de 9 Bases de Serviço Operacional – BSOs. • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia. • Autopista Litoral Sul S.A. ("Litoral Sul"): A Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Rua Ministro Calógenas, 343. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 07, de conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, pelo prazo de 25 anos, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Litoral Sul está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-101/km 221 – SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 30 kms de terceira faixa. • 79,7 kms de vias laterais. • 94,7 kms de variantes e contornos. • Construção de 39 passarelas. • Construção de 5 praças de pedágio. • Construção de 8 serviços de atendimento ao usuário. • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Conforme estabelecido no contrato de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro para Fluminense e Litoral Sul e no mês de dezembro para Planalto Sul, Fernão Dias e Régis Bittencourt com base na variação do IPCA. Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões. Em decorrência de os modelos de contratos de concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagaram ao poder concedente pela exploração dos lotes mencionados nenhum ônus fixo e/ou variável pelo direito de concessão. Os principais compromissos firmados pelas concessionárias federais decorrentes dos contratos de concessão são: • Recolhimento à ANTT da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores da verba de fiscalização são como segue:

Concessionária	Valor Anual	Valor no Período da Concessão
Planalto Sul	1.846	46.143
Fluminense	2.665	66.630
Fernão Dias	7.906	197.638
Régis Bittencourt	8.436	210.900
Litoral Sul	6.424	160.595
	27.277	681.906

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. • As concessionárias federais devem assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER. • Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e ou desconhecimento das características da rodovia pelas concessionárias federais. Sendo de responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão. • As concessionárias federais assumem integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo II, do Título V, do Edital do Leilão. • As concessionárias federais assumem integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão-de-obra e financeiros. • As concessionárias federais assumem integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão. • Os estatutos sociais das concessionárias federais previam a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. O pedido de registro de sociedade por ações de capital aberto na CVM foi concedido em 29 de março de 2010. • As concessionárias federais devem apresentar anualmente as demonstrações financeiras à ANTT e publicá-las. As concessionárias federais estimam os montantes relacionados abaixo, a valores de 31 de dezembro de 2010, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final do contrato de concessão. Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

	Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul	Total
Investimentos						
Investimentos para melhorias na infraestrutura	273.427	635.500	451.150	1.076.915	757.778	3.194.770
Recuperações/Manutenções	395.060	378.573	686.714	624.418	614.377	2.699.502
Total	668.487	1.014.073	1.137.864	1.701.333	1.372.515	5.894.272

Referidas estimativas de investimentos foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue: (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional – Serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura. (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional – Foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota explicativa nº 20.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como Consolidado – IFRS e BR GAAP; e As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como Controladora – BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As demonstrações financeiras individuais da Controladora apresentam, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial e a manutenção dos efeitos da amortização do ativo diferido existente na data de transição para as IFRS. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo e o reconhecimento de ativo diferido no resultado, quando incorridos. Essas são as primeiras demonstrações consolidadas preparadas conforme as IFRS nas quais o CPC 37 (equivalente ao IFRS 1) foi aplicado. Uma explicação de como a transição para as normas IFRS afetou a posição patrimonial e financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade está apresentada na nota explicativa nº 5. **3.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **3.4. Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações quanto a incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir: **Contabilização de Contratos de Concessão:** Na contabilização dos Contratos de Concessão, conforme determinado pela ICP 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à: aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. **Momento de reconhecimento do ativo intangível:** A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional – São reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional – Foram estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 20. **Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão:** A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. **Determinação das receitas de construção:** Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação destes serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras a empresa do Grupo OHL. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. **Provisão para manutenção referente a Contratos de Concessão:** A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do balanço, em contrapartida à despesa do período para manutenção ou reposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009, com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPC. As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade e suas Controladas na elaboração das demonstrações financeiras são: **4.1. Base de consolidação:** Combinações de negócio – Aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009: Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Sociedade mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na Sociedade adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente como resultado do período. Para cada combinação de negócios a Sociedade escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo ou pela sua proporcionalização sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição. Os custos de transação incorridos em uma combinação de negócios, que não sejam ágios associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 não houve transações de combinação de negócios. **Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009:** Como parte da transição para as IFRS e os CPCs a Sociedade optou por não representar as combinações de negócio anteriores a 1º de janeiro de 2009. Com relação a aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009 o direito de outorga incorporado representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Este direito de outorga incorporado foi alocado como parte do ativo intangível da concessão e é amortizado pelos critérios descritos no item 4.5. **Princípios de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas correspondem aos saldos da Sociedade e de suas controladas onde a participação direta ou indireta é de 100%; do capital votante e que estão apresentadas a seguir. Na consolidação foram eliminados os investimentos nas controladas, os saldos a receber e a pagar, as receitas e as despesas. A lista a seguir apresenta as participações nas controladas incluídas na consolidação:

	País	Capital Total/Votante 2010	2009
Controlada			
Autovias	Brasil	100%	100%
Centrovias	Brasil	100%	100%
Intervias	Brasil	100%	100%
Vianorte	Brasil	100%	100%
Planalto Sul	Brasil	100%	100%
Fluminense	Brasil	100%	100%
Fernão Dias	Brasil	100%	100%
Régis Bittencourt	Brasil	100%	100%
Litoral Sul	Brasil	100%	100%
Latina Manutenção (a)	Brasil	100%	100%
Paulista (b)	Brasil	100%	100%
Latina Sinalização (c)	Brasil	100%	100%
SPR	Brasil	–	100%

(a) A Latina Manutenção é domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2 e tem por objetivo a conservação e a exploração de atividades de construção, administração e manutenção de obras relacionadas às rodovias, administradas pelas controladas da Sociedade. (b) A Paulista é domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2 e tem por objetivo a conservação e a exploração de atividades de fiscalização e administração de obras relacionadas às rodovias, administradas pelas controladas da Sociedade. (c) A Latina Sinalização domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2 tem por objetivo a prestação de serviços de implantação e de sinalização viária e serviços correlatos. As operações da Latina Sinalização iniciaram-se durante o primeiro trimestre de 2009. A Sociedade possui também 4,68% do capital da STP – Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., que tem por objetivo desenvolver negócios relacionados ao sistema de cobrança eletrônica de pedágio em âmbito nacional e é registrada pelo custo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11. O contexto operacional de cada uma das concessionárias de rodovias, principais compromissos e outras informações, estão divulgados na nota explicativa nº 2. **Transações eliminadas na consolidação:** **4.2. Instrumentos financeiros ativos:** Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 a Sociedade possuía instrumentos financeiros classificados na categoria "empréstimos e recebíveis", descritos como segue: **Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, os saldos destes ativos financeiros da Sociedade e de suas controladas, são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7), depósitos bancários e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa e aplicações financeiras com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data de aquisição. **b) Contas a receber:** Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda. **4.3. Imobilizado:** Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 12, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão. Devido aos ativos não terem saldos relevantes, a Sociedade não adotou a prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado pela utilização da prática do custo atribuído ("deemed cost"), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da ICP 10 – "Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43", para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 – "Ativo Imobilizado" e da ICP 10. Adicionalmente, os efeitos da depreciação decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme regulamentação da ICP 10, foram revisados para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2010 e não foram identificadas modificações nas estimativas anteriormente determinadas. Consequentemente, não há efeitos registrados para o encerramento das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009. **4.4. Ativo Diferido:** O caráter temporário da manutenção de saldo em conta do ativo diferido no grupo de intangível, procedimento esse permitido pelo CPC 13 – Adoção Inicial das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/08 foi revogado na versão revisada do Pronunciamento CPC 43 (R1), onde se determinou que a manutenção do saldo em conta do ativo diferido somente se aplica às demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, o efeito da manutenção desses saldos (a plena convergência com as normas



Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67



Índice de Ações com Tag Along Diferenciado



Os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente nas datas dos balanços estão demonstrados abaixo:

	2010	2009	01/01/2009
Circulantes			
Provisão para investimentos em rodovias – nominal	9.783	5.217	6.603
Provisão para investimentos em rodovia a valor presente	9.474	5.078	6.405
Efeito ajuste a valor presente	309	139	198
Provisão para manutenção – nominal	40.035	64.152	53.807
Provisão para manutenção a valor presente	38.990	62.474	52.401
Efeito ajuste a valor presente	1.045	1.678	1.406
Credores para concessão – nominal (*)	61.101	56.600	55.879
Credores para concessão a valor presente (*)	59.639	55.194	54.533
Efeito ajuste a valor presente	1.462	1.406	1.346
Não circulantes			
Provisão para investimentos em rodovias – nominal	59.861	68.286	76.609
Provisão para investimentos em rodovia a valor presente	54.840	61.252	65.550
Efeito ajuste a valor presente	5.021	7.034	11.059
Provisão para manutenção – nominal	150.632	92.986	87.491
Provisão para manutenção a valor presente	124.331	78.756	78.121
Efeito ajuste a valor presente	26.301	14.230	9.370
Credores para concessão – nominal	387.968	402.603	464.631
Credores para concessão a valor presente	316.066	320.576	361.660
Efeito ajuste a valor presente	71.902	82.027	102.971

(*) Inclui a parcela variável.
A recomposição dos saldos aos seus valores nominais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício. **4.13. Reconhecimento de receita:** Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção: A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria determinados nos contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Quando o Grupo OHL presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues. Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários. **4.14. Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. **4.15. Dividendos e juros sobre capital próprio:** A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos Propostos e juros sobre o capital próprio a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 21. **4.16. Demonstração do Valor Adicionado:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4.17. Apresentação de informações por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido pela administração da Sociedade. **4.18. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas:** A Sociedade não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas. As principais modificações e expectativas da Administração estão descritas abaixo:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 39) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes. A IFRS 9 é aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A Administração espera que a adoção da nova Norma não tenha efeito relevante sobre os saldos reportados com relação aos ativos e passivos financeiros da Sociedade. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada uma revisão detalhada de sua aplicação. Modificações às IFRS 7 – Divulgações – Transferências de Ativos Financeiros (equivalente ao CPC 40) aumenta as exigências de divulgação de transações envolvendo transferências de ativos financeiros. Essas modificações têm por objetivo oferecer maior transparência com relação às exposições ao risco quando um ativo financeiro é transferido, porém o transferidor retém certo nível de exposição contínua no ativo. As modificações requerem ainda divulgações nos casos em que as transferências de ativos financeiros não são proporcionalmente distribuídas durante o período. A Administração não espera que essas modificações à IFRS 7 tenham um efeito relevante sobre as divulgações da Sociedade relacionadas a transferências de intas a receber anteriormente executadas. No entanto, caso a Sociedade realize outros tipos de transferência de ativos financeiros no futuro, as divulgações relacionadas a essas transferências poderão ser impactadas. Modificações na IAS 32 – Classificação de Direitos (equivalente ao CPC 39) aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Até a presente data, a Sociedade não celebrou nenhum acordo que se enquadra no escopo das modificações. No entanto, caso a Sociedade adquira direitos dentro do escopo das modificações em períodos contábeis futuros, as modificações na IAS 32 e CPC 39 terão efeito sobre a classificação desses direitos. Modificação da IAS 12 sobre impostos diferidos (recuperação dos ativos subjacentes): em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IAS 12 – *Income Taxes denominated Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets*. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo através do uso ou da venda. Quando um ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40 – *Investment Property*, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação do ativo será através do uso ou da venda. A modificação apresenta uma solução prática para o problema, introduzindo a presunção de que a recuperação do valor contábil será, normalmente, através de venda. Como resultado das modificações, a SIC-21 – *Income Taxes – Recovery of Revalued Nondepreciable Assets* não será mais aplicável para propriedades para investimento mantidas ao valor justo. As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012 e a adoção antecipada é permitida. Modificação da IFRS 1 sobre a eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs: em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IFRS 1 – *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards (IFRSs)* que trata da eliminação de datas fixas para adoção inicial das IFRSs. As modificações substituem a data fixa de aplicação de 1º de janeiro de 2004 para a data de transição para as IFRSs, de forma que a adoção inicial das IFRSs não tenha aplicação dos requerimentos de baixa da IAS 39 retrospectivamente. A modificação deve ser adotada obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011 e a adoção antecipada é permitida. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

5. ADOÇÃO INICIAL DAS ALTERAÇÕES DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (IFRS) EMITIDAS PELO IASB
5.1. Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas (identificadas como Consolidado), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, são as primeiras apresentadas de acordo com as IFRSs. A Sociedade aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 4, em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Sociedade aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, conforme descrito nas notas abaixo. O julgamento da Administração quanto às isenções opcionais e obrigatórias na adoção inicial dos novos pronunciamentos é descrito e foi aplicado da seguinte forma: (i) Mensuração do ativo imobilizado ao valor justo: considerando as características e os valores dos grupos de ativos, contabilizados na rubrica "Ativo imobilizado", a Sociedade entende que os valores atribuídos a essa classe de ativos correspondem ao valor justo; portanto, optou pela manutenção do custo histórico de aquisição, como permitido anteriormente, em linha com os novos pronunciamentos; (ii) Mensuração de combinações de negócios: a Sociedade optou por não remensurar combinações de negócios ocorridas antes da data de transição para os novos pronunciamentos; (iii) Transição de contabilização para contratos de concessão: a aplicação retrospectiva foi adotada para os seguintes contratos de concessão: Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul. Dada a impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, as medidas de transição previstas no IFRS1 e ICPC01 foram adotadas de forma prospectiva para os seguintes contratos de concessão: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte. Exceção das estimativas: A Sociedade aplicou a exceção obrigatória de adoção retroativa dos IFRSs referentes a estimativas. As estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o novo padrão contábil em 1º de janeiro de 2009 são consistentes com as estimativas realizadas para essas mesmas datas em conformidade com o BR GAAP anterior. Os principais efeitos produzidos nas demonstrações financeiras consolidadas pela aplicação do ICPC-01 foram:

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no balanço consolidado de abertura de 1º de janeiro de 2009:

	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Ativos			
Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	116.284	–	116.284
Contas a receber	38.449	–	38.449
Contas a receber – partes relacionadas	87	–	87
Estoque	3.390	–	3.390
Despesas antecipadas	4.771	–	4.771
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.222	(5.222)	–
Impostos a recuperar	11.875	–	11.875
Adiantamentos para novos projetos	247	–	247
Outros créditos	4.957	–	4.957
Total dos ativos circulantes	185.282	(5.222)	180.060
Não Circulantes			
Aplicações financeiras vinculadas	5.036	–	5.036
Impostos a recuperar	1.717	–	1.717
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.001	51.795	59.796
Depósitos judiciais	4.772	–	4.772
Outras contas a receber	146	–	146
Investimentos em controladas e coligadas	1.053	–	1.053
Imobilizado	1.817.522	(1.795.817)	21.705
Intangível	376.236	1.962.019	2.338.255
Diferido	158.507	(158.507)	–
Total dos ativos não circulantes	2.372.990	59.490	2.432.480
Total dos Ativos	2.558.272	54.268	2.612.540
Passivos e patrimônio líquido			
Circulantes			
Empréstimos e financiamentos	101.646	–	101.646
Fornecedores	124.682	–	124.682
Obrigações sociais	20.921	–	20.921
Obrigações fiscais	54.916	–	54.919
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.576	(4.576)	–
Contas a pagar – partes relacionadas	978	–	978
Caufões contratuais	24.944	–	24.944
Dividendos propostos	25.041	–	25.041
Credores pela concessão	54.533	–	54.533
Provisão para manutenção em rodovias	–	52.401	52.401
Provisão para investimentos em rodovias	–	6.405	6.405
Outras contas a pagar	22.473	–	22.473
Total dos passivos circulantes	434.693	54.230	488.923
Não Circulantes			
Empréstimos e financiamentos	935.070	–	935.070
Credores pela concessão	361.660	–	361.660
Riscos civis, trabalhistas e fiscais	3.495	–	3.495
Receita diferida	429	–	429
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.022	4.564	13.586
Provisão para manutenção em rodovias	–	78.121	78.121
Provisão para investimentos em rodovias	–	65.550	65.550
Outras contas a pagar	10	–	10
Total dos passivos não circulantes	1.309.686	148.235	1.457.921
Patrimônio Líquido			
Capital social	549.083	–	549.083
Reservas de lucros	287.081	(148.197)	138.884
Ajuste do patrimônio líquido – variação cambial no capital	(22.271)	–	(22.271)
Total do patrimônio líquido	813.893	(148.197)	665.696
Total dos Passivos e Patrimônio Líquido	2.558.272	54.268	2.612.540

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no balanço consolidado de 31 de dezembro de 2009:

	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Ativos			
Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	442.192	–	442.192
Contas a receber	64.141	–	64.141
Contas a receber – partes relacionadas	87	–	87
Estoque	2.279	–	2.279
Despesas antecipadas	6.762	–	6.762
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.868	(5.868)	–
Impostos a recuperar	13.550	–	13.550
Adiantamentos para novos projetos	256	–	256
Outros créditos	2.977	–	2.977
Total dos ativos circulantes	538.112	(5.868)	532.244
Não Circulantes			
Aplicações financeiras vinculadas	5.298	–	5.298
Impostos a recuperar	1.699	–	1.699
Despesas antecipadas	510	–	510
Caufões contratuais	98	–	98
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.089	47.441	61.530
Depósitos judiciais	10.660	–	10.660
Outras contas a receber	72	–	72
Investimentos em controladas e coligadas	1.053	–	1.053
Imobilizado	2.298.276	(2.270.605)	27.671
Intangível	342.077	2.484.702	2.826.779
Diferido	138.914	(138.914)	–
Total dos ativos não circulantes	2.812.746	122.624	2.935.370
Total dos Ativos	3.350.858	116.756	3.467.614
Passivos e patrimônio líquido			
Circulantes			
Empréstimos e financiamentos	946.883	–	946.883
Fornecedores	55.076	–	55.076
Obrigações sociais	33.358	–	33.358
Obrigações fiscais	48.779	–	48.779
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.057	(1.057)	–
Contas a pagar – partes relacionadas	895	–	895
Caufões contratuais	20.411	–	20.411
Dividendos propostos	41.866	–	41.866
Credores pela concessão	55.194	–	55.194
Riscos civis, trabalhistas e fiscais	7.264	(7.264)	–
Provisão para manutenção em rodovias	–	62.474	62.474
Provisão para investimentos em rodovias	–	5.078	5.078
Outras contas a pagar	10.958	–	10.958
Total dos passivos circulantes	1.221.741	59.231	1.280.972
Não Circulantes			
Empréstimos e financiamentos	847.050	–	847.050
Credores pela concessão	320.576	–	320.576
Riscos civis, trabalhistas e fiscais	104	7.264	7.368
Receita diferida	452	–	452
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.389	7.376	17.765
Provisão para manutenção em rodovias	–	78.756	78.756
Provisão para investimentos em rodovias	–	61.252	61.252
Outras contas a pagar	2.241	–	2.241
Total dos passivos não circulantes	1.180.812	154.648	1.335.460
Patrimônio Líquido			
Capital social	549.083	–	549.083
Reservas de lucros	421.493	(97.123)	324.370
Ajuste do patrimônio líquido – variação Cambial no capital	(22.271)	–	(22.271)
Total do patrimônio líquido	948.305	(97.123)	851.182
Total dos Passivos e Patrimônio Líquido	3.350.858	116.756	3.467.614

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2009:

	2009	01/01/2009
Patrimônio líquido divulgado pelos critérios contábeis anteriores	948.305	813.893
Ajustes por adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos	–	–
Mudança de critério da amortização de investimentos	121.456	(1.267)
Amortização de intangível de obras que não geram potencial de receita adicional	(2.560)	(1.116)
Provisão para manutenção de rodovias	(206.531)	(128.708)
Despesa financeira decorrente de ajustes a valor presente	(15.690)	(6.014)
Estorno de capitalização de Juros	(345)	(33)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado dos ajustes	35.212	46.623
Baixa do Ativo diferido líquido	(131.482)	(143.015)
Estorno da reversão dos Lucros não realizados	102.817	85.333
Total dos Ajustes	(97.123)	(148.197)
Patrimônio Líquido ajustado pela aplicação do IFRS	851.182	665.696

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC no resultado do exercício consolidado em 31 de dezembro de 2009:

	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Receitas			
Custo dos Serviços			
Custo dos serviços prestados	(643.577)	53.661	(589.916)
Custo dos serviços de construção	–	(613.090)	(613.090)
Custos Líquidos de Serviços	(643.577)	(559.429)	(1.203.006)
Lucro Bruto	545.432	101.653	647.085
(Despesas) Receitas Operacionais			
Gerais e administrativas	(104.947)	(11.527)	(116.474)
Remuneração da Administração	(9.639)	(1.282)	(10.921)
Tributárias	(5.775)	(21)	(5.796)
Amortização do ágio em investimentos	(8.133)	–	(8.133)
Outras receitas operacionais, líquidas	3.419	–	3.419
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	420.357	88.823	509.180
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	32.996	62	33.058
Despesas financeiras	(188.780)	(9.956)	(198.736)
Variação cambial, líquida	199	(417)	(218)
	(155.585)	(10.311)	(165.896)
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	264.772	78.512	343.284
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	(97.430)	(16.072)	(113.502)
Diferidos	8.936	(11.366)	(2.430)
Lucro Líquido do Exercício	176.278	51.074	227.352

Efeitos na adoção das IFRS e dos CPC na demonstração consolidada dos fluxos de caixa

	2009	01/01/2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais	603.232	(39.980)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(790.767)	39.980
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	513.443	–
Total	325.908	–

Notas sobre as reconciliações apresentadas acima: ICPC 01 e OCP05 (equivalente ao IFRIC 12) – Contratos de Concessão: A partir de 01 de janeiro de 2010 (efeitos de abertura 01 de janeiro de 2009 para fins de comparação) a Sociedade adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC-01 emitida pelo CPC. Essa interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. As disposições do ICPC 01 foram aplicadas retrospectivamente para os seguintes contratos de concessão: Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul, recalculando os efeitos que a adoção teria em 1º de janeiro de 2009 (início do período antigo utilizado para fins comparativos) e atribuindo os efeitos nos componentes do patrimônio líquido. Dada a impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, as medidas de transição previstas no IFRS 1 e ICPC 01 foram adotadas prospectivamente para os seguintes contratos de concessão: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte. Adicionalmente os contratos de concessão da Sociedade estão classificados no modelo de ativo intangível. **5.2. Demonstrações financeiras individuais:** Na preparação das suas demonstrações financeiras individuais (identificadas como Controladora), a Sociedade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Manutenção do ativo diferido nas demonstrações financeiras individuais: O caráter temporário da manutenção de saldo em conta do ativo diferido no grupo de intangível, procedimento esse permitido pelo CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e nº 11.941/08 foi revogado na versão revisada do Pronunciamento CPC 43 (R1), onde se incluiu a determinação de que a manutenção do saldo em conta do ativo diferido somente se aplica às demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, o efeito da manutenção desses saldos (de ativos diferidos) foi mantido nas demonstrações financeiras individuais. Entretanto, os efeitos dos ativos diferidos foram totalmente eliminados nas demonstrações consolidadas para que se alcance a plena convergência com as normas internacionais nessas demonstrações consolidadas. Exceto pelos efeitos da manutenção dos efeitos do ativo diferido descritos no parágrafo anterior, a Sociedade aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 4 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Sociedade aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, ajustando as suas demonstrações financeiras individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido, atribuível aos proprietários da controladora, e resultado em relação à consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e no CPC 37(R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Sociedade efetuou nas duas demonstrações financeiras individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme nota explicativa nº 2 acima. Os principais efeitos produzidos nas demonstrações financeiras da controladora pela aplicação do ICPC-01 foram:

Efeitos na adoção dos CPC no balanço da controladora de abertura de 1º de janeiro de 2009:

(R1), onde se incluiu a determinação de que a manutenção do saldo em conta do ativo diferido somente se aplica às demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, o efeito da manutenção desses saldos (de ativos diferidos) foi mantido nas demonstrações financeiras individuais. Entretanto, os efeitos dos ativos diferidos foram totalmente eliminados nas demonstrações consolidadas para que se alcance a plena conformância com as normas internacionais nessas demonstrações consolidadas. Exceto pelos efeitos da manutenção desse balanço patrimonial de abertura, a Sociedade aplicou os requerimentos constantes das políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 4 em todos os períodos apresentados, o que não impactou o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e da preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Sociedade aplicou os requerimentos constantes do CPC 43(R1) – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, ajustando as suas demonstrações financeiras individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido, atribuíveis aos proprietários da controladora, e resultando em relação à consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e o CPC 37(R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Sociedade efetuou nas duas demonstrações financeiras individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme nota explicativa nº 2 acima. Os principais efeitos produzidos nas demonstrações financeiras da controladora pela aplicação do ICPC-01 foram:			
<u>Efeitos na adoção dos CPC no balanço da controladora de abertura de 1º de janeiro de 2009:</u>			
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Ativos			
Total dos ativos circulantes	27.729	-	27.729
Não Circulantes			
Contas a receber – partes relacionadas	424.041	-	424.041
Depósitos judiciais	3.106	-	3.106
Outras contas a receber	116	-	116
Investimentos em controladas e coligadas	751.430	(5.182)	746.248
Imobilizado	3.771	-	3.771
Intangível	231	-	231
Total dos ativos não circulantes	1.182.695	(5.182)	1.177.513
Total dos Ativos	<u>1.210.424</u>	<u>(5.182)</u>	<u>1.205.242</u>
Passivos e patrimônio líquido			
Circulantes			
Total dos passivos circulantes	30.703	-	30.703
Não Circulantes			
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	365.828	-	365.828
Total dos passivos não circulantes	365.828	-	365.828
Patrimônio Líquido			
Capital social	549.083	-	549.083
Reservas de lucros	287.081	(5.182)	281.899
Ajuste do patrimônio líquido – variação Cambial no capital	(22.271)	-	(22.271)
Total do patrimônio líquido	813.893	(5.182)	808.711
Total dos Passivos e Patrimônio Líquido	<u>1.210.424</u>	<u>(5.182)</u>	<u>1.205.242</u>
<u>Efeitos na adoção dos CPC no balanço da controladora de 31 de dezembro de 2009:</u>			
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Ativos			
Total dos ativos circulantes	92.798	-	92.798
Não Circulantes			
Contas a receber – partes relacionadas	416.000	-	416.000
Cauções contratuais	83	-	83
Depósitos judiciais	3.717	-	3.717
Outras contas a receber	72	-	72
Investimentos em controladas e coligadas	880.123	34.359	914.482
Imobilizado	4.642	-	4.642
Intangível	325	-	325
Total dos ativos não circulantes	1.304.962	34.359	1.339.321
Total dos Ativos	<u>1.397.760</u>	<u>34.359</u>	<u>1.432.111</u>



Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67



10. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	Controladora				Consolidado			
	2010	2009	01/01/2009		2010	2009	01/01/2009	
Imposto de renda e contribuição social	5.453	8.626	—	—	7.627	11.138	—	1.780
IRRF sobre aplicações financeiras	1.207	46	1.469	8.221	4.429	2.914	—	2.914
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	42	42	3.296	42	42	3.296	—	3.296
IRRF sobre múltiplos	2.068	—	1.662	3.256	57	1.662	—	1.662
PIS e COFINS a recuperar	51	—	6	58	374	1.885	—	1.885
IRRF sobre serviços de terceiros	1	—	—	1.170	6	2.039	—	2.039
Outros impostos a recuperar	6	6	6	4.306	183	16	—	16
Total	8.828	8.720	6.439	24.680	15.249	13.592	—	—
Circulante	8.828	8.720	6.439	24.680	13.550	11.875	—	—
Não circulante	—	—	—	—	1.699	1.717	—	—

11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Demonstrações financeiras individuais – controladora

Os saldos dos investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2010 estão assim representados:

	2010				2009			
	Ações Ordinárias	Participação Capital (%)	Patrimônio Líquido	Ativo Total	Passivo Total	Receita Líquida	Lucro Total	Lucro (prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	148.083	779.246	631.163	229.038	55.144	55.144
Centrovias	105.423.237	100%	102.884	655.860	552.976	250.223	56.967	56.967
Intervias	4.352.285	100%	197.474	933.858	736.384	269.001	84.858	84.858
Vianorte	1.132.038	100%	111.137	670.386	559.249	210.453	19.604	19.604
Planalto Sul	35.001.003	100%	36.034	235.640	199.606	136.370	2.639	2.639
Fluminense	63.001.003	100%	70.938	323.749	252.811	156.612	14.472	14.472
Fernão Dias	213.001.003	100%	191.275	595.948	404.673	303.684	(8.729)	(8.729)
Régis Bittencourt	85.793.000	100%	130.216	652.994	522.778	340.915	38.107	38.107
Litoral Sul	51.001.000	100%	52.848	380.697	327.849	216.443	12.638	12.638
SPR	—	100%	—	—	—	—	13.885	—
Paulista(*)	500.000	100%	3.709	11.791	8.082	50.151	6.661	6.661
Latina Manutenção (*)	250.000	100%	11.089	54.610	43.521	190.250	13.756	13.756
Latina Sinalização(*)	250.000	100%	4.841	8.500	3.659	27.418	5.367	5.367

(*) quotas

Os saldos dos investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2009 estão assim representados:

	2010				2009			
	Ações Ordinárias	Participação Capital (%)	Patrimônio Líquido	Ativo Total	Passivo Total	Receita Líquida	Lucro Total	Lucro (prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	153.209	539.362	386.153	205.375	49.158	49.158
Centrovias	105.423.237	100%	86.357	470.891	384.534	201.243	49.626	49.626
Intervias	4.352.285	100%	148.535	640.613	492.078	239.826	78.181	78.181
Planalto Sul	25.001.003	100%	23.717	204.716	180.999	110.812	(1.042)	(1.042)
Fluminense	63.001.003	100%	58.938	283.316	224.378	146.240	(3.748)	(3.748)
Fernão Dias	68.001.003	100%	55.004	405.582	350.578	236.933	(12.619)	(12.619)
Régis Bittencourt	84.001.000	100%	99.367	522.607	423.240	278.576	17.513	17.513
Litoral Sul	51.001.000	100%	40.785	310.126	269.341	194.473	(9.472)	(9.472)
SPR	233.420.000	100%	222.362	227.749	5.387	—	23.016	—
Paulista(*)	500.000	100%	5.348	10.378	5.030	37.687	6.528	6.528
Latina Manutenção (*)	250.000	100%	14.133	28.489	14.356	137.392	21.990	21.990
Latina Sinalização(*)	250.000	100%	5.674	10.124	4.450	23.757	7.674	7.674

(*) quotas

Os saldos dos investimentos em controladas em 01º de janeiro de 2009 estão assim representados:

	01/01/2009				2008			
	Ações Ordinárias	Participação Capital (%)	Patrimônio Líquido	Ativo Total	Passivo Total	Receita Líquida	Lucro Total	Lucro (prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	119.860	527.501	407.641	—	—	—
Centrovias	105.423.237	100%	65.188	453.271	388.083	—	—	—
Intervias	4.352.285	100%	111.900	609.345	497.445	—	—	—
Planalto Sul	25.001.003	100%	24.759	114.097	89.338	—	—	—
Fluminense	31.001.003	100%	30.686	130.034	99.348	—	—	—
Fernão Dias	56.001.003	100%	55.623	234.094	178.471	—	—	—
Régis Bittencourt	44.001.000	100%	43.624	264.448	220.824	—	—	—
Litoral Sul	34.001.000	100%	33.257	162.668	129.411	—	—	—
SPR	242.420.000	100%	213.635	213.730	94	—	—	—
Paulista	500.000	100%	20.620	33.526	12.906	—	—	—
Latina Manutenção	250.000	100%	26.043	49.507	23.464	—	—	—

(*) quotas

	Consolidado				2009			
	Móveis e Utensílios e Instalações	Equipamento Mobiliário	Prédios e Benefeitorias	Computadores e Periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Total
Custo do imobilizado bruto	2.724	7.859	1.155	3.602	3.970	4.003	—	29.577
Saldo em 01/01/2009	2.932	2.142	732	1.311	2.068	19	—	13.038
Adições	1.113	(80)	36	(452)	—	—	—	(2.000)
Transferências	(18)	(681)	(22)	—	(159)	—	—	(973)
Alienações/baixas	6.751	9.240	1.901	4.461	5.879	4.022	—	39.642
Saldo em 31/12/2009	877	1.213	338	841	8.200	4.769	586	27.790
Adições	56	(604)	(12)	(34)	(3)	(183)	—	(871)
Transferências	(19)	(390)	(6)	(9)	(413)	—	—	(837)
Alienações/baixas	7.665	9.459	2.221	5.259	13.663	8.608	586	65.724
Saldo em 31/12/2010	(689)	(3.437)	(641)	(924)	(725)	(524)	—	(7.872)
Depreciação acumulada	(407)	(1.069)	(332)	(762)	(1.214)	(240)	—	(4.761)
Depreciações/amortizações	—	(56)	—	40	—	—	—	(525)
Transferências	14	447	—	—	121	—	—	1.187
Alienações/baixas	(1.082)	(4.115)	(972)	(1.646)	(1.818)	(764)	—	(11.971)
Saldo em 31/12/2009	(814)	(1.030)	(334)	(996)	(1.734)	(122)	—	(6.122)
Depreciações/amortizações	—	(59)	—	—	—	—	—	(59)
Transferências	13	342	—	—	186	—	—	542
Alienações/baixas	(1.883)	(4.862)	(1.305)	(2.642)	(3.366)	(886)	—	(17.610)
Saldo em 31/12/2010	2.035	4.422	514	2.678	3.245	3.479	—	1.276
Imobilizado líquido:	5.669	5.125	929	2.815	4.061	3.258	—	27.671
Saldo em 01/01/2009	5.669	5.125	929	2.815	4.061	3.258	—	27.671
Saldo em 31/12/2009	5.782	4.597	916	2.617	10.297	7.722	586	48.114
Saldo em 31/12/2010	10	11,7	10	21,7	20	4	15	20

Taxas de depreciação – %

13. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Controladora				Softwares			
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Ágio na aquisição Vianorte/SPR (d)	Software	Direito de exploração (e)	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores
Custo do intangível	2.417.318	351.939	69.695	74.560	7.086	—	420.099	14.722
Saldo em 01/01/2009	228.166	—	123	—	3.364	—	389.436	2.987
Adições	652.467	—	—	—	1.391	—	(638.229)	(6.102)
Transferências	(3.304)	—	—	—	(736)	—	(3.770)	9.527
Alienações/baixas	3.294.647	351.939	69.818	74.560	11.105	—	167.536	11.607
Saldo em 31/12/2009	346.487	—	—	—	1.214	9.997	277.902	(3.979)
Adições	192.349	—	60.326	—	—	—	(190.797)	(1.473)
Transferências	(1.866)	—	—	—	(60.326)	—	(774)	(62.966)
Alienações/baixas	3.831.617	351.939	130.144	14.234	12.319	9.997	253.867	6.155
Saldo em 31/12/2010	(890.090)	(92.745)	(29.838)	(8.133)	(4.491)	—	—	—
Amortização acumulada	(100.756)	(26.630)	(3.151)	(8.133)	(1.298)	—	—	—
Amortização	56	—	—	—	(40)	—	—	—
Transferências	1.125	—	849	—	709	—	—	—
Alienações/baixas	(989.665)	(119.375)	(32.140)	(8.133)	(5.120)	—	—	—
Saldo em 31/12/2009	(134.464)	(26.634)	(4.689)	(6.101)	(1.450)	—	—	—
Amortização	—	—	—	—	59	—	—	—
Transferências	1.020	—	—	—	—	—	—	—
Alienações/baixas	(1.123.109)	(146.009)	(36.829)	(14.234)	(6.511)	—	—	—
Saldo em 31/12/2010	1.527.228	259.194	39.857	74.560	2.595	—	420.099	6.663
Intangível líquido:	2.304.982	232.564	37.678	66.427	5.985	—	167.536	11.607
Saldo em 01/01/2009	2.304.982	232.564	37.678	66.427	5.985	—	167.536	11.607
Saldo em 31/12/2009	2.706.508	205.930	93.315	—	5.808	9.997	253.867	6.155
Saldo em 31/12/2010	—	—	—	—	—	—	—	—

(a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado. (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 17. (c) Referem-se ao direito de outorga incorporado proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Autovias e Centrovias. Em períodos anteriores essa rubrica era denominada como ágio incorporado. Por entender que na essência esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para "Direito de outorga incorporado". Esse valor está sendo amortizado pelo tempo remanescente da concessão de 98 meses para a Autovias, de 108 meses para a Centrovias e de 211 meses para a Intervias. (d) Ágio na aquisição da Vianorte pela SPR. O ágio registrado na SPR refere-se à rentabilidade futura esperada no período da concessão e está sendo amortizado pelo tempo remanescente da concessão, de 83 meses. (e) Refere-se a valor assumido para exploração de granito e gnaíse a serem utilizados em obras de infra-estrutura de obras de sociedades pertencentes ao Grupo OHL e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	Encargos anuais				2010			
	Financiamento de investimentos (BNDES)(a)	Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP + 2,8% a.a. a 7,5% a.a.	923.910	33.291	29.739	—	—	—
Financiamento de equipamentos (FINAME)(b)	TJLP + 2,18% a 6,3% a.a.	9.930	10.321	4.130	—	—	—	—
Capital de giro	CDI + 0,083% a.a. a 2,5% a.a.	—	900.685	63.249	—	—	—	—
Leasing(c)	CDI + 1,52% a.a. a 1,87% a.a.	4.438	2.586	4.528	938.278	946.883	101.646	—
Passivo não circulante:	—	—	—	—	—	—	—	—
Financiamento de investimentos (BNDES)(a)	TJLP + 2,8% a.a. a 7,5% a.a.	17.120	827.546	65.719	—	—	—	—
Financiamento de equipamentos (FINAME)(b)	TJLP + 2,18% a.a. a 6,3% a.a.	10.914	19.203	15.549	—	—	—	—
Capital de giro	CDI + 0,083% a.a. a 2,5% a.a.	—	—	849.700	—	—	—	—
Leasing(c)	CDI + 1,52% a 1,87% a.a.	14.724	301	4.102	42.758	847.050	935.070	—
		981.036	1.793.913	1.036.716	—	—	—	—

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo.

(a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias. (b) Financiamento de equipamentos tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias. (c) Contratos modelo leasing financeiro, firmado junto a instituições financeiras para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros equipamentos. As garantias apresentadas são os próprios bens. Os contratos com o BNDES das concessionárias federais possuem cláusulas restritivas que podem implicar em vencimento antecipado. As principais restrições são: • Manter situação regular com suas obrigações perante os órgãos do meio ambiente. • Não constituir, salvo

A movimentação dos saldos de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 é como segue:

	Incorporação				Juros
--	--------------	--	--	--	-------



Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. (b) Valor variável correspondente a 3% da receita mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

		Consolidado			
		Valor presente		Valor nominal (1)	
Não circulante		2010	2009	01/01/2009	2010
Autovias	Direito de outorga	34.277	34.604	38.906	42.246
Centrovias	Direito de outorga	49.645	50.378	56.858	60.835
Intervias	Direito de outorga	37.461	36.965	40.821	47.696
Vianorte	Direito de outorga	194.683	198.629	225.075	237.191
Total		316.066	320.576	361.660	387.968

(*) Valores inseridos somente como informação adicional.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2010 está assim representada:

		Parcelas		
		Circulante	Não circulante	Total
Autovias		12	80	92
Centrovias		12	77	89
Intervias		12	97	109
Vianorte		12	74	86

Os valores pagos pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 ao Poder Concedente estão assim representados:

		Outorga		Valor
		Fixa	Variável	pago
Autovias		5.845	7.305	13.150
Centrovias		8.746	7.144	15.890
Intervias		5.443	9.137	14.580
Vianorte		35.482	6.467	41.949
Total		55.516	30.053	86.569

As concessões de rodovias federais não compreendem pagamentos de concessão por serem referentes à modalidade de oferta de menor tarifa de pedágio.

20. PROVISÕES

Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas: A Sociedade e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas. A Administração constitui, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade e de suas controladas. A movimentação do saldo consolidado dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e 1º de janeiro de 2009 é conforme segue:

	31/12/2009	Adições	Reversões	Utilizações	Encargos	31/12/2010
Cíveis	3.933	3.169	(775)	(155)	3	6.175
Trabalhistas	2.699	1.322	(134)	(56)	–	3.831
Fiscais	736	17	(541)	–	–	212
Total	7.368	4.503	(1.450)	(211)	3	10.218
	01/01/2009	Adições	Reversões	Utilizações	Encargos	31/12/2009
Cíveis	2.396	2.532	(430)	(565)	–	3.933
Trabalhistas	1.099	2.323	(661)	(54)	(8)	2.699
Fiscais	–	997	(261)	–	–	736
Total	3.495	5.852	(1.352)	(619)	(8)	7.368

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais. Tais processos representam os montantes de R\$ 17.524, R\$ 11.266 e R\$ 1.499, respectivamente, em 31 de dezembro de 2010. Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos em rodovias: A contabilização da provisão de manutenção e investimentos nas rodovias são calculadas, respectivamente, com base na melhor estimativa de gasto a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo que a provisão de investimentos são considerados os valores até o final da concessão e a manutenção são considerados os valores da próxima intervenção, conforme descritos nas notas explicativas nºs 3, 4 e 5. A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e 1º de janeiro de 2009 é conforme segue:

	Circulante	Não Circulante
Provisões	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldos em 01/01/2009	52.401	6.405
Adições	19.706	1.537
Utilizações	(65.931)	(9.123)
Transferências	55.958	6.259
Saldos em 31/12/2009	62.474	5.078
Adições	27.358	2.577
Utilizações	(104.801)	(4.780)
Transferências	53.959	6.599
Saldos em 31/12/2010	38.990	9.474

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O capital social em 31 de dezembro de 2010 e 01º de janeiro e 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 549.083 e está representado por 68.888.888 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	2010	
Quantidade de ações subscritas	41.333.326	Participação – %
Participes em Brasil S.L.	60,00	
Credit Suisse Hedging Griffo	11,53	
Skopos Adm. de Recursos Ltda.	7,76	
Kendall Develops S.L.	5,00	
Conselho de Administração	9	0,00
Outros	10.824.808	15,71
Total	68.888.888	100,00

	2009	
Quantidade de ações subscritas	41.333.326	Participação – %
Participes em Brasil S.L.	60,00	
Credit Suisse Hedging Griffo	11,20	
Skopos Adm. de Recursos Ltda.	9,50	
Kendall Develops S.L.	5,00	
Conselho de Administração	7	0,00
Outros	9.882.610	14,30
Total	68.888.888	100,00

	01/01/2009	
Quantidade de ações subscritas	41.333.326	Participação – %
Participes em Brasil S.L.	60,00	
Credit Suisse Hedging Griffo	10,30	
Skopos Adm. de Recursos Ltda.	5,30	
Kendall Develops S.L.	5,00	
Conselho de Administração	7	0,00
Outros	13.356.910	19,40
Total	68.888.888	100,00

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos (controladora): Reserva legal e retenção de lucros: O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76. **Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2010 está demonstrado a seguir:

	2010	
Lucro líquido do exercício	289.055	
Reserva Legal de 5%	(14.453)	
Base de cálculo	274.602	
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	
Total	68.650	
Dividendos por ação	0,99653	

22. RECEITAS

Está representadas por:

	2010	2009
Receita de serviços prestados	1.631.185	1.292.113
Outras receitas	93.610	66.766
Receita de serviços de construção	617.827	613.090
	2.342.622	1.971.969

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados do exercício é como segue:

	2010	2009
Receita bruta	2.342.622	1.971.969
ISSQN	(91.618)	(70.975)
PIS	(11.269)	(9.173)
COFINS	(51.916)	(41.090)
Outras deduções	(3.290)	(640)
Receita líquida	2.184.529	1.850.091

23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	Controladora	Consolidado
Custos	2010	2009
Custo de construção	–	617.827
Com Pessoal	–	103.318
Serviços de terceiros	–	145.551
Depreciação/Amortização	–	161.714
Custos com poder concedente	–	30.355
Seguros/Garantias	–	6.425
Conservação	–	79.153
Provisão para manutenção em rodovias	–	146.085
Taxa Fiscalização	–	30.798
Outros	–	64.512
Total	–	1.385.738
Despesas	2010	2009
Com Pessoal	3.810	4.111
Serviços de terceiros	2.362	2.558
Depreciação/Amortização	903	726
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	–	1.561
Seguros/Garantias	51	–
Despesas com projetos	1.080	–
Consumos	561	657
Transportes	210	276
Outros	2.701	2.296
Total	11.678	10.624

24. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	Controladora	Consolidado
	2010	2009
Receitas financeiras:		
Juros ativos	50.357	46.917
Aplicações financeiras	6.090	11.161
Outras receitas	12	56
	56.459	48.134

Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(43.369)	(40.881)
Atualização monetária do ônus da concessão	–	–
Encargos financeiros – reversão de ajuste a valor presente	–	–
Outras despesas	(115)	(83)
	(43.484)	(40.964)

25. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4. b) Informações suplementares:

	2010	2009
Atividades de investimentos não relacionadas em caixa:		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	61.015	19.213
Juros capitalizados	20.165	28.595
Caixa pago durante o exercício:		
Imposto de renda e contribuição social	123.769	84.419

26. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, e de 2009 é como segue:

	Controladora	Consolidado
	2010	2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	291.672	219.026
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(99.168)	(74.469)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	99.921	77.114
Ágio amortizado e direito de outorga incorporado advindo de empresa cindida e incorporada	–	(500)
Juros sobre o capital próprio recebidos	(4.640)	(8.000)
Amortização do ágio não dedutível (Vianorte)	–	–
Crédito sobre prejuízo fiscal e prejuízos fiscais sobre os quais não houve reconhecimento de efeitos diferidos de imposto de renda e contribuição social	1.144	1.385
Outros ajustes	126	1.263
Despesa contabilizada	(2.617)	(3.207)
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(2.617)	(3.207)
Diferidos	–	–
Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas de empresas que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o respectivo reconhecimento do ativo fiscal diferido.	(147.243)	(113.502)

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco, que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas, estão apresentados a seguir: **Riscos de mercado – a) Exposição a riscos cambiais:** Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. **b) Exposição a riscos de juros:** A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2010, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e as debêntures, liquidas das aplicações financeiras.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
CDI	12,25%	15,31%	18,38%
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
IPCA	5,49%	6,86%	8,24%
Juros a incorrer (*)	195.223	226.938	258.817

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

c) Riscos de crédito: Esse risco advém da possibilidade de as controladas da Sociedade não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Sociedade e suas controladas mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e de 1º de janeiro de 2009, as controladas apresentavam valores a receber da empresa CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 76.950, R\$ 57.570 e de R\$ 35.100, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira classificada como de primeira linha (informação não auditada pelos auditores independentes) para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP. **d) Valor justo de instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado:** Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2010 e 2009 representam o valor justo ou o custo amortizado para os empréstimos e financiamentos, uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente. A Sociedade e suas controladas não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. **e) Riscos de liquidez:** O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

	Taxa de juros (média ponderada)	
Modalidade	efetiva % a.a.	2015 em diante
Debêntures	12,70	47.992
BNDES		
Automático	6,34	870
Finame	7,46	2.117
Leasing	12,22	585
	1.399.241	511.822

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Sociedade adotou o CPC 22 e IFRS 8 – Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009, o qual requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade regularmente revisados pela alta administração, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios em Construção e Concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2 e 4.1.

a) Demonstração do resultado e ativos por segmento

	Concessão	Construção	Total	Eliminações e Holding	Saldo Consolidado
Receita líquida do Segmento	2.114.307	–	2.114.307	70.222	2.184.529
Receita líquida entre Segmentos	–	267.818	267.818	–	–
Custos	(1.365.251)	(218.083)	(1.583.334)	197.596	(1.385.738)
Lucro bruto	749.056	49.735	798.791	–	798.791
Despesas Gerais e Administrativas	(106.952)	(12.129)	(119.081)	(11.335)	(130.416)
Otras (despesas) receitas operacionais	(3.812)	(1.714)	(5.526)	(10.100)	(15.626)
Receitas Financeiras	129.019	1.057	130.076	(37.429)	92.647
Despesas Financeiras	(358.631)	(1.138)	(359.769)	49.192	(310.577)
Variação Cambial Líquida	–	–	–	32	32
Lucro operacional antes dos impostos	408.680	35.811	444.491	(9.644)	434.847
Imposto de Renda e contribuição social:					
Correntes	(133.053)	(11.409)	(144.462)	(2.781)	(147.243)
Diferidos	15.261	1.380	16.641	–	16.641
Lucro do Exercício	290.888	25.782	316.670	(12.421)	304.249

	Concessão	Construção	Total	Eliminações e Holding	Saldo Consolidado
Receita líquida do Segmento	1.802.099	–	1.802.099	47.992	1.850.091
Receita líquida entre Segmentos	–	198.836	198.836	(198.836)	–
Custos	(1.219.889)	(133.961)	(1.353.850)	150.844	(1.203.006)
Lucro bruto	582.210	64.875	647.085	–	647.085
Despesas Gerais e Administrativas	(94.560)	(11.532)	(106.092)	(10.832)	(116.474)
Otras (despesas) receitas operacionais	(7.059)	(1.303)	(8.362)	(13.069)	(21.431)
Receitas Financeiras	58.549	601	59.150	(26.092)	33.058
Despesas Financeiras	(234.271)	(377)	(234.648)	35.912	(198.736)
Variação Cambial Líquida	–	–	–	(218)	(218)
Lucro operacional antes dos impostos	304.869	52.264	357.133	(13.849)	343.284
Imposto de Renda e contribuição social:					
Correntes	(93.755)	(16.072)	(109.827)	(3.675)	(113.502)
Diferidos	(2.430)	–	(2.430)	–	(2.430)
Lucro do Exercício	208.684	36.192	244.876	(17.524)	227.352

b) Balanços por segmento

				2010	
				Eliminações	Saldo
Ativos	Concessão	Construção	Total	e Holding	Consolidado
Circulantes					
Caixas e equivalentes de caixa	1.085.557	5.825	1.091.382	76.906	1.168.288
Contas a receber	92.782	25.437	118.219	(33.791)	84.428
Aplicações financeiras vinculadas	96.875	–	96.875	–	96.875
Outros circulantes	97.780	4.123	101.903	(63.816)	38.087
Total circulantes	1.372.994	35.385	1.408.379	(20.701)	1.387.678
Não Circulantes					
Contas a receber	356.000	–	356.000	(356.000)	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	86.863	1.288	88.151	–	88.151
Outros não circulantes	10.727	63	10.790	5.164	15.954
Imobilizado	14.341	28.097	42.438	5.676	48.114
Intangível	3.271.159	10.068	3.281.227	353	3.281.580
Total não circulantes	3.739.090	39.516	3.778.606	(344.807)	3.433.799
Total ativos	5.112.084	74.901	5.186.985	(365.508)	4.821.477



Efeitos dos ajustes na demonstração de resultados:

															Controladora
31/03/2010			Trimestre findo em 30/06/2010			Semestre findo em 30/06/2010			Trimestre findo em 30/09/2010			Período de 9 meses findo em 30/09/2010			
Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	
Despesas/Receitas Operacionais	57.457	3.446	60.903	63.572	3.529	67.101	121.029	6.975	128.004	86.644	2.565	89.209	207.673	9.540	217.213
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	57.457	3.446	60.903	63.572	3.529	67.101	121.029	6.975	128.004	86.644	2.565	89.209	207.673	9.540	217.213
Imposto de renda e contribuição social	(1.066)	—	(1.066)	(1.001)	—	(1.001)	(2.067)	—	(2.067)	(326)	—	(326)	(2.393)	—	(2.393)
Lucro líquido do exercício	56.391	3.446	59.837	62.571	3.529	66.100	118.962	6.975	125.937	86.318	2.565	88.883	205.280	9.540	214.820
31/03/2009			Trimestre findo em 30/06/2009			Semestre findo em 30/06/2009			Trimestre findo em 30/09/2009			Período de 9 meses findo em 30/09/2009			
Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	
Despesas/Receitas Operacionais	4.650	12.805	17.455	46.214	8.593	54.807	50.864	21.398	72.262	57.052	8.885	65.937	107.916	30.283	138.199
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	4.650	12.805	17.455	46.214	8.593	54.807	50.864	21.398	72.262	57.052	8.885	65.937	107.916	30.283	138.199
Imposto de renda e contribuição social	(707)	—	(707)	(457)	—	(457)	(1.164)	—	(1.164)	(1.097)	—	(1.097)	(2.261)	—	(2.261)
Lucro líquido do exercício	3.943	12.805	16.748	45.757	8.593	54.350	49.700	21.398	71.098	55.955	8.885	64.840	105.655	30.283	135.938

	Consolidado														
	31/03/2010			Trimestre findo em 30/06/2010			Semestre findo em 30/06/2010			Trimestre findo em 30/09/2010			Período de 9 meses findo em 30/09/2010		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Receita líquida de Vendas e/ou Serviços	336.477	158.709	495.186	358.002	203.082	561.084	694.479	361.791	1.056.270	395.236	234.985	630.221	1.089.715	596.776	1.686.491
Custo de bens e/ou serviços	(173.800)	(142.344)	(316.144)	(180.431)	(186.566)	(366.997)	(354.231)	(328.910)	(683.141)	(182.519)	(221.007)	(403.526)	(536.750)	(549.917)	(1.086.667)
Resultado Bruto	162.677	16.365	179.042	177.571	16.516	194.087	340.248	32.881	373.129	212.717	13.978	226.695	552.965	46.859	599.824
Despesas Gerais e Administrativa	(32.325)	(2.989)	(35.314)	(31.984)	(3.810)	(35.794)	(64.309)	(6.799)	(71.108)	(32.514)	(3.471)	(35.985)	(96.823)	(10.270)	(107.093)
Lucro operacional Antes do Resultado Financeiro	130.352	13.376	143.728	145.587	12.706	158.293	275.939	26.082	302.021	180.203	10.507	190.710	456.142	36.589	492.731
Resultado financeiro	(46.303)	(2.627)	(48.930)	(53.194)	(2.830)	(56.024)	(99.497)	(5.457)	(104.954)	(49.101)	(2.755)	(51.856)	(148.598)	(8.212)	(156.810)
Lucro operacional antes do Imposto de renda e contribuição social	84.049	10.749	94.798	92.393	9.876	102.269	176.442	20.625	197.067	131.102	7.752	138.854	307.544	28.377	335.921
Imposto de renda e contribuição social	(27.658)	(3.859)	(31.517)	(29.822)	(2.205)	(32.027)	(57.480)	(6.064)	(63.544)	(44.784)	(1.387)	(46.171)	(102.264)	(7.451)	(109.715)
Lucro líquido do período	56.391	6.890	63.281	62.571	7.671	70.242	118.962	14.561	133.523	86.318	6.365	92.683	205.280	20.926	226.206
	31/03/2009			Trimestre findo em 30/06/2009			Semestre findo em 30/06/2009			Trimestre findo em 30/09/2009			Período de 9 meses findo em 30/09/2009		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Receita líquida de Vendas e/ou Serviços	217.919	243.001	460.920	287.309	210.376	497.685	505.228	453.377	958.605	335.302	156.365	491.667	840.530	609.742	1.450.272
Custo de bens e/ou serviços	(152.435)	(216.724)	(369.159)	(156.608)	(183.248)	(339.856)	(309.043)	(399.972)	(709.015)	(165.268)	(130.897)	(296.165)	(474.311)	(530.869)	(1.005.180)
Resultado Bruto	65.484	26.277	91.761	130.701	27.128	157.829	196.185	53.405	249.590	170.034	25.468	195.502	366.219	78.873	445.092
Despesas Gerais e Administrativa	(28.465)	(2.159)	(30.624)	(32.753)	(5.758)	(38.511)	(61.218)	(7.917)	(69.135)	(30.016)	(4.513)	(34.529)	(91.234)	(12.430)	(103.664)
Lucro operacional Antes do Resultado Financeiro	37.019	24.118	61.137	97.948	21.370	119.318	134.967	45.488	180.455	140.018	20.955	160.973	274.985	66.443	341.428
Resultado financeiro	(27.897)	(2.543)	(30.440)	(29.952)	(2.620)	(32.572)	(57.849)	(5.163)	(63.012)	(55.956)	(2.487)	(58.443)	(113.805)	(7.650)	(121.455)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	9.122	21.575	30.697	67.996	18.750	86.746	77.118	40.325	117.443	84.062	18.468	102.530	161.180	58.793	219.973
Imposto de renda e contribuição social	(5.179)	(7.206)	(12.385)	(22.239)	(7.161)	(29.400)	(27.418)	(14.367)	(41.785)	(28.107)	(6.140)	(34.247)	(55.525)	(20.507)	(76.032)
Lucro líquido do período	3.943	14.369	18.312	45.757	11.589	57.346	49.700	25.958	75.658	55.955	12.328	68.283	105.655	38.286	143.941

Conselho de Administração

Sérgio Silva de Freitas	— Presidente do Conselho	José Carlos Ferreira de Oliveira Filho	— Conselheiro
Enrique Weickert Molina	— Conselheiro	José Maria Del Cuvillo Pemán	— Conselheiro
Adalberto de Moraes Schettert	— Conselheiro	Juan Luis Osuna Gomes	— Conselheiro
Felipe Ezquerro Plasencia	— Conselheiro	Tomás García Madrid	— Conselheiro

Diretoria

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho	— Diretor Presidente	Maria de Castro Michielin	— Diretora Jurídica	Contador
Felipe Ezquerro Plasencia	— Diretor Vice-Presidente	Luis Manuel Eusébio Iñigo	— Diretor	Rodney Monteiro Meles
Francisco Leonardo Moura da Costa	— Diretor Adm. Financeiro e de Relações com Investidores			CRC 1SP132.178/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em reunião realizada nesta data, às 12:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da **OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.** ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após exame dos documentos e propostas da Administração submetidos a sua análise nesta data, e considerando o parecer sem ressalva emitido pelos auditores independentes Deloitte Touche & Tohmatsu, por unanimidade **opina favoravelmente** à aprovação em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 26 de abril de 2011, e com base no Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 (tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Docs. nº 1, 2 e 3, respectivamente), da destinação do lucro líquido do exercício, no valor de R\$289.055.067,11

(duzentos e oitenta e nove milhões, cinqüenta e cinco mil, sessenta e sete reais e onze centavos), sendo (i) R\$14.452.753,36 (quatorze milhões, quatrocentos e cinqüenta e dois mil, setecentos e cinqüenta e três reais e trinta e seis centavos) equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, destinado à reserva legal, nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia; (ii) R\$68.650.578,44 (sessenta e oito milhões, seiscentos e cinqüenta mil, quinhentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2010, conforme Artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, correspondente a R\$0.996540667632783 (zero vírgula nove, nove, seis, cinco, quatro, zero, seis, seis, sete, seis, três, dois, sete, oito, três) por ação; e (iii) R\$205.951.735,32 (duzentos e cinco milhões, novecentos

e cinqüenta e um mil, setecentos e trinta e cinco reais e trinta e dois centavos) destinados à reserva de lucro para fazer face ao orçamento de capital devidamente preparado pela Diretoria, o qual foi submetido à apreciação e aprovado por este Conselho Fiscal da Companhia e deverá ser submetido e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. São Paulo, 23 de março de 2011.
Conselheiros:
Ronaldo Fiorini
Luiz Fonseca de Souza Meirelles Filho
Eduardo Cysneiros de Moraes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.
São Paulo-SP
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
A Administração da Sociedade é a responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos Auditores Independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião sobre as Demonstrações Financeiras Individuais
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Opinião sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo

com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Ênfases
Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.
Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado
Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado, individual e consolidado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 24 de março de 2011

Edgar Jabbour
Contador
CRC nº 1 SP 156465/O-9

